

2016

RELATÓRIO E CONTAS

Águas da Azambuja

ÁGUAS DA
AZAMBUJA



ÍNDICE

SÍNTESE DE DADOS / INDICADORES	3
MENSAGEM DO PRESIDENTE	5
APRESENTAÇÃO DA EMPRESA	6
Breve Historial	6
Estrutura Acionista	7
Órgãos Sociais	7
OBJETO DA SOCIEDADE	8
MISSÃO E POSICIONAMENTO ESTRATÉGICO	9
Missão	9
Visão	9
Valores.....	9
Objetivos Estratégicos	9
SÍNTESE DE ATIVIDADE EM 2016.....	11
ENVOLVENTE EXTERIOR	11
ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	11
ENQUADRAMENTO DO SETOR 2016	13
ENQUADRAMENTO LOCAL	15
ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	18
Organograma	18
Competências	18
Recursos Humanos.....	21
Regras Societárias	22
PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS EM 2016.....	23
Factos Relevantes	23
DESEMPENHO DO SISTEMA	24
Organização, Processos e Sistemas.....	31
ANÁLISE ECONÓMICO – FINANCEIRA.....	31
Análise de Gastos e Rendimentos.....	31
Análise do Balanço	34
Indicadores.....	35
PERSPETIVAS PARA O FUTURO.....	36
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	37
OUTRAS INFORMAÇÕES	38
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	39
CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2016 E RESPECTIVO ANEXO	40

SÍNTESE DE DADOS / INDICADORES

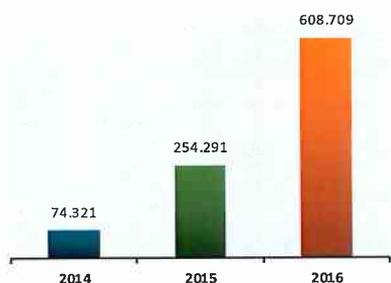
(em euros)

Síntese de Dados / Indicadores	2014	2015	2016
Capital Social	50 000	50 000	50 000
Capital Próprio	74 321	254 291	608 709
Ativo Líquido Total	7 352 028	7 482 934	7 547 698
Total Passivo	7 277 707	7 228 643	6 938 989
Volume de Negócios	2 694 521	2 819 963	3 060 284
EBITDA Ajustado (Cash Flow Operacional) (1)	241 293	525 850	764 280
EBIT (Resultado Operacional)	97 517	397 046	593 238
Resultados Antes de Impostos	(258 441)	139 603	385 981
Resultado Líquido do Exercício	(257 365)	131 017	354 418
Rentabilidade dos Capitais Próprios (%)	-346,3%	51,5%	58,2%
Rentabilidade do Ativo (%)	-3,5%	1,8%	4,7%
Autonomia Financeira (%)	1,0%	3,4%	8,1%
Nº de Colaboradores em 31 Dezembro	10	10	10
Nº de Municípios Abastecidos	1	1	1
Área Geográfica Abrangida (Km ²)	262	262	262
População Residente na Área Abrangida	21 814	21 814	21 814
Abastecimento			
Nº de Clientes	9 886	9 898	9 922
População Servida	21 378	21 378	21 378
Volume de Água Vendida (10 ³ m ³)	1 139	1 174	1 157
Saneamento			
Nº de Clientes	7 640	9 465	9 464
População Servida	16 852	17 206	17 206
Efluente Facturado (10 ³ m ³)	685	712	785

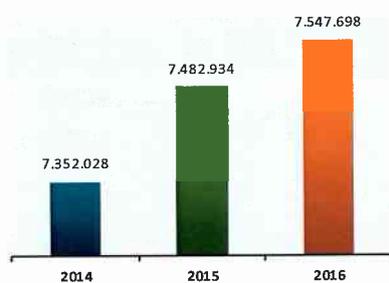
(1) Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos
- Imparidades e Reversões - Provisões



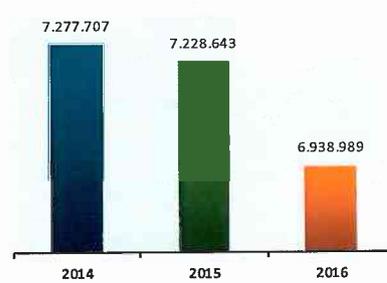
Capital Próprio



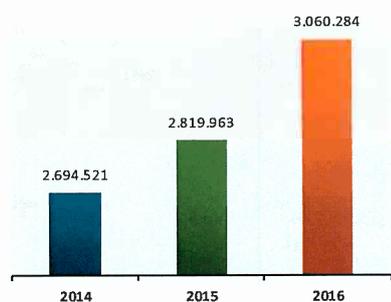
Ativo Líquido Total



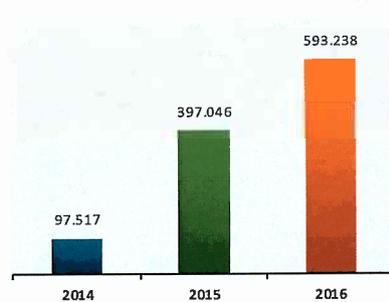
Total Passivo



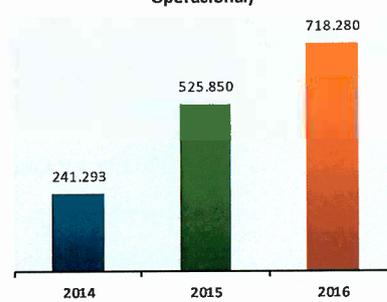
Volume de Negócios



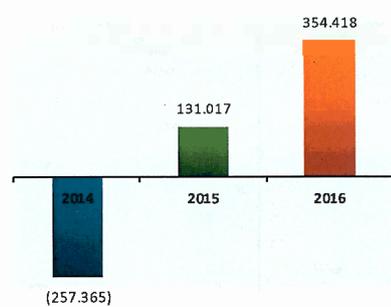
EBIT (Resultado Operacional)



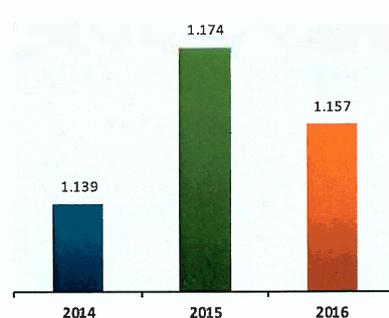
EBITDA Ajustado (Cash Flow Operacional)



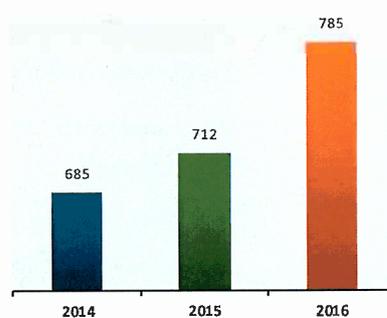
Resultado Líquido do Exercício



Volume de Água Vendida (x1000 m3)



Efluente Tratado (x1000 m3)



MENSAGEM DO PRESIDENTE

O ano de 2016 é marcado pela assinatura do 1º Aditamento ao Contrato de Concessão a 23 de junho de 2016, finalizando o processo de reequilíbrio económico-financeiro da Concessão e de adaptação do contrato ao novo regime jurídico dos serviços municipais de abastecimento público de água.

Trata-se de um momento marcante que irá permitir à empresa equilibrar as suas contas e garantir no futuro as expectativas de todos os seus *stakeholders*.

Esta adaptação do contrato ao novo regime jurídico dos serviços municipais de abastecimento público de água, saneamento de águas residuais e gestão de resíduos urbanos, nos termos do Decreto-Lei nº 194/2009, de 20 de agosto e às Recomendações Tarifárias da ERSAR, reveste-se de especial importância pelo impacto que tem a nível ambiental, de saúde pública e de qualidade de vidas das populações, uma vez que promove as boas práticas recomendadas pela Entidade Reguladora, tanto ao nível económico-social como ambiental, no que concerne ao abastecimento de água e ao saneamento de águas residuais do Concelho.

Este novo enquadramento permitiu a aplicação de tarifários diferenciados para famílias numerosas, para famílias de menores rendimentos (tarifário social), para o comércio local e instituições privadas de beneficência, culturais, desportivas e de interesse público.

Esta revisão ao Contrato de Concessão permitiu também o início de estudos e da execução de investimentos importantes para a manutenção e melhoria dos indicadores operacionais e de qualidade de serviço.

No ano de 2016 registou-se o melhor resultado desde o início da concessão, no que concerne à eficiência do sistema de abastecimento, com uma percentagem de água não faturada de 21,9%, o mesmo aconteceu com a atividade de saneamento, a gestão de caudais indevidos também registou melhorias, apurando-se uma percentagem de caudais indevidos de 18,0%, estes resultados traduzem uma otimização nos processos chave da organização e a aposta na melhoria contínua dos serviços prestados.

A Empresa faz parte integrante da vida do Concelho, os níveis de qualidade de serviço apenas são possíveis com muito esforço da gestão do dia-a-dia, num clima de respeito e cooperação entre todas as partes interessadas. A Águas da Azambuja são um exemplo que independentemente da dimensão dos sistemas, o trabalho conjunto de diversas entidades privadas e públicas traz eficiência aos sistemas e resultados muito positivos para o bem das comunidades, permitindo resolver problemas complexos do passado e possibilidade de perspetivar um futuro cada vez melhor.

O Presidente do Conselho de Administração



Paulo Jorge Almeida Oliveira

APRESENTAÇÃO DA EMPRESA

BREVE HISTORIAL

A sociedade AdAz - Águas da Azambuja, SA, foi constituída a 10 de março de 2009, em resultado da adjudicação do Concurso Público Internacional lançado pelo Município de Azambuja em abril de 2007, para a Concessão da exploração e gestão conjunta dos serviços municipais de distribuição de água para consumo público e de recolha e rejeição de águas residuais no concelho.

Em 11 de maio de 2009 foi celebrado o Contrato de Concessão entre o Município de Azambuja e a Águas da Azambuja, S.A.. No dia 11 de julho de 2009 deu-se início ao arranque da fase de exploração da concessão (período de funcionamento normal), que se irá prolongar por um período de 30 anos. Após esta data a responsabilidade da gestão técnica, operacional e administrativa do sistema municipal passou para a empresa Águas da Azambuja.

Em junho de 2011 foi apresentado ao Município um pedido de reequilíbrio da Concessão por força de alterações legislativas significativas, nomeadamente a publicação do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, cujo prazo de adaptação terminou a 20 de agosto 2012 e de condicionantes várias, relativamente ao Caso Base anexo ao Contrato de Concessão. Este pedido resultou num processo negocial mais alargado de revisão do Contrato de Concessão iniciado em janeiro de 2012 e que culminou em dezembro de 2012 na estabilização da Minuta de Aditamento. Após parecer da Entidade Reguladora (ERSAR) em abril de 2015, a minuta de Aditamento foi aprovada pelo município em Assembleia Municipal em junho de 2015.

No dia 23 de junho de 2016 foi assinado o 1º Aditamento ao Contrato de Concessão, que entrou em vigor no dia 22 de agosto de 2016, após análise e despacho do Tribunal de Contas. Concluiu-se assim, o processo de reequilíbrio da Concessão e retomou-se a implementação de um conjunto de ações relacionadas com o aditamento, nomeadamente o Plano de Investimentos, o Regulamento de Serviços, o Tarifário e o processo de revisão de tarifas.

As obras em falta, 3 dos 12 projetos de abastecimento e 1 dos 18 projetos de drenagem de águas residuais, cuja implementação está prevista para o ano 2017, irão promover a redundância na origem de água no principal sistema de abastecimento (eixo Alcoentre-Aveiras), assim como a ligação da zona industrial de Azambuja / Vila Nova da Rainha à rede de drenagem de águas residuais domésticas.

De referir ainda que os projetos já executados garantem a cobertura de serviço prevista, não sendo a mesma efetivada na globalidade dos aglomerados urbanos, em particular na vertente de saneamento, por atraso na conclusão do Plano de Investimentos por parte da entidade em alta no Município de Azambuja.



ESTRUTURA ACIONISTA

A Águas da Azambuja é uma Empresa com um capital de 50.000 euros, com a seguinte Estrutura Acionista:

Aquapor – Serviços, S.A.	74,98%
Ecobrejo – Gestão de Águas, Resíduos e Ambiente, S.A.	24,99%
Luságua – Serviços Ambientais, S.A	0,01%
Luságua Alcanena - Gestão de Águas, S.A	0,01%
Pragosa Ambiente, S.A	0,01%

ÓRGÃOS SOCIAIS

Mesa da Assembleia Geral:

Sr. Gaspar Barbosa Borges – Presidente;

Sr.ª Maria da Piedade Rosa Pragosa Moreira – Secretária.

Conselho de Administração:

Eng.º Paulo Jorge Almeida Oliveira – Presidente;

Eng.º Tiago Azevedo Fernandes de Carvalho – Vogal;

Dr. António José Martins de Sousa Lucas – Vogal.

Órgão de Fiscalização:

Fiscal Único: Ernst & Young Audit & Associados – SROC,S.A.

Suplente do Fiscal Único: Dr. Ricardo Filipe de Frias Pinheiro

OBJETO DA SOCIEDADE

OBJETO

A sociedade tem por objeto a exploração e gestão conjunta dos serviços públicos municipais de distribuição de águas e de recolha e rejeição de águas residuais em sistemas unitários e separativos na área do Município de Azambuja, incluindo a construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria de todas as Instalações, Infraestruturas e Equipamentos que compõem os sistemas concessionados, bem como de recolha, transporte e encaminhamento adequado de Águas Residuais provenientes de fossas particulares domésticas e industriais.

(art.º 3 dos Estatutos da Sociedade)

Com o apoio

ÁGUAS DA AZAMBUJA



O objeto da Sociedade traduz-se na:

- (i) Exploração e gestão conjunta dos serviços públicos municipais de distribuição de água para consumo público e de recolha e rejeição de águas residuais do Município de Azambuja por um período de 30 anos;
- (ii) Execução das obras do Plano de Investimentos da Concessionária, tendo em vista a persecução dos objetivos de 98% de cobertura da população em abastecimento de água e de 95% de cobertura da população em drenagem de águas residuais.

MISSÃO E POSICIONAMENTO ESTRATÉGICO

MISSÃO

Satisfazer as necessidades no domínio do abastecimento de água e saneamento de forma eficiente, garantindo o abastecimento em quantidade e qualidade, promovendo elevados índices de satisfação das populações, potenciando a sua atividade como ferramenta de apoio ao desenvolvimento económico e social a nível local e assegurando a preservação do ambiente.

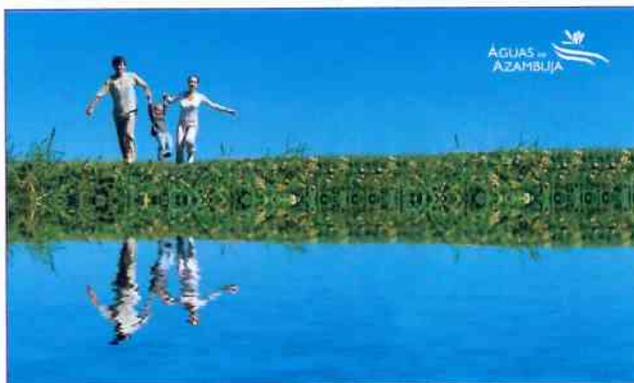
VISÃO

Ser uma Concessão que se constitua como *benchmark* nacional na relação custo/eficiência do serviço num período de 3 a 5 anos.

VALORES

A Águas da Azambuja pretende manter uma cultura própria através da assunção dos seguintes valores:

- Dinamismo e Profissionalismo;
- Espírito de Equipa;
- Criação de valor;
- Respeito pelo ambiente;
- Ética;



OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Os objetivos estratégicos, ordenados pelas diferentes áreas da empresa, são os seguintes:

Global:

- Cumprir o contrato de concessão e fomentar o bom relacionamento com a Entidade Concedente;
- Adequar todos os contratos associados ao contrato de concessão às necessidades da empresa;
- Promover a eficácia na gestão;
- Contribuir para o desenvolvimento económico e social da região e promover a integração da empresa na comunidade.

Recursos Humanos:

- Otimizar a Formação dos colaboradores da empresa;
- Potenciar as competências da empresa;
- Incentivar a comunicação interna e o espírito de equipa;
- Criar mecanismos de coordenação e de partilha de informação.

Área Técnica:

- Assegurar a fiabilidade no abastecimento de água e recolha de águas residuais;
- Garantir uma adequada qualidade da água distribuída;
- Reduzir o número de consumos ilegais;
- Reduzir o número de afluência indevidas;
- Redução das perdas na rede de água.

Área Comercial:

- Promover a excelência na qualidade do serviço e melhorar a qualidade de vida dos nossos clientes criando alternativas;
- Desenvolver novos produtos e serviços procurando a satisfação do cliente;
- Aumentar a notoriedade da empresa e o conhecimento do mercado, como alavanca à expansão do negócio;

Área Financeira:

- Maximizar a criação de valor;
- Otimizar os proveitos operacionais;
- Otimizar os custos da estrutura.



SINTESE DE ATIVIDADE EM 2016

ENVOLVENTE EXTERIOR

ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

Geral

Em 2016, o PIB registou um crescimento real de 1,2% (1,5% em 2015), desacelerando a recuperação iniciada em 2013. Para esta evolução concorreu um contributo menos positivo da procura interna, particularmente do investimento e das exportações de bens e serviços.

As economias da Zona Euro continuaram a beneficiar de taxas de juro que atingiram mínimos históricos, tendo encerrado mesmo negativas para os valores de referência a três e seis meses; ambas as taxas tiveram uma redução de 0.19p.p e 0.18p.p. respetivamente.

De acordo com a informação histórica do Banco de Portugal e EMMI, a evolução da Euribor nos últimos 3 anos foi a seguinte (valores no fim do período):

	2014	2015	2016
Euribor 1M	0,02%	-0,23%	-0,38%
Euribor 3M	0,08%	-0,13%	-0,32%
Euribor 6M	0,17%	-0,04%	-0,22%
Euribor 12M	0,33%	0,06%	-0,08%

Fonte: EMMI (valores de fim de período)

O **preço do petróleo** estabilizou face ao ano anterior, prolongando uma tendência observada nos últimos anos, situando-se o Brent abaixo dos 55Euros/Barril no final do ano de 2016.

Numa economia importadora de petróleo, como é o caso da economia portuguesa, a redução do preço do petróleo tem um impacto positivo sobre o crescimento do PIB, através da redução dos custos de produção e de transporte e da sua transmissão aos preços no consumidor. O impacto sobre os preços do consumidor reflete quer o efeito direto proveniente da redução do preço dos produtos derivados do petróleo quer o efeito indireto resultante da redução do custo de produção de outros bens.

Portugal

O atual ritmo de recuperação da economia portuguesa tem sido relativamente moderado, tendo em conta a contração dos últimos anos.

Em 2016, o **Índice de Preços no Consumidor (IPC)** registou uma variação média anual de 0.6%, o que representa um aumento de 0.1p.p face aos valores de 2015.

A taxa de variação média anual do **Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC)** situou-se em 0.8%, (aumento de 0.3p.p. face ao ano de 2015).

Apresentam-se em seguida as taxas de variação anual dos principais indicadores económicos, com base na informação do Banco de Portugal e do INE:

	Taxa de Variação Anual		
	2014	2015	2016
PIB	0,9%	1,6%	1,2%
IPC	(0,3%)	0,5%	0,6%
IHPC	(0,2%)	0,5%	0,8%
Desemprego	13,9%	12,4%	11,0%
Consumo Privado*	2,1%	2,6%	2,1%
Consumo Público*	(0,1%)	0,8%	1,0%
Exportações*	2,9%	6,1%	3,7%
Importações*	5,3%	8,2%	3,5%

Fonte: Banco de Portugal e INE

* Dados Dezembro de 2016

A taxa média de **desemprego** em 2016 ascendeu a 11%, menos 1.4p.p. do que no ano anterior.

A evolução das tarifas de **energia elétrica** de venda a clientes finais em Portugal Continental mostra um aumento em todos os níveis:

	2014	2015	2016
Média Tensão	155	161	165
Baixa Tensão Especial	169	175	180
Baixa Tensão Normal	142	146	150

Fonte: ERSE. Em 2013 todos os preços apresentados correspondem a tarifas transitórias

A economia portuguesa tem mantido uma dinâmica de recuperação moderada desde 2013, e deverá continuar sustentada no dinamismo das exportações.

Neste enquadramento, as exportações de bens e serviços deverão registar um dinamismo superior ao da procura externa, tal como observado nos últimos anos. As exportações continuarão assim a ser a componente da procura global com maior contributo para o crescimento da atividade.

O maior dinamismo da economia portuguesa será sustentado por uma aceleração da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), baseada numa recuperação do investimento empresarial.

ENQUADRAMENTO DO SETOR 2016

Em termos Nacionais, o PENSAAR 2020 constitui, desde 2014, o instrumento estratégico para o Setor de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais, com enfoque na gestão eficiente de recursos, na evolução do setor no sentido da melhoria da qualidade e excelência do serviço e no acesso das populações a um serviço público de abastecimento e saneamento adequado às suas necessidades e com custos socialmente aceitáveis.

Em 2016 destaca-se, pela sua relevância na alteração do sector empresarial relacionado, a reversão da reestruturação do sector da água, através da fusão dos sistemas multimunicipais de água e saneamento, ocorrida na anterior legislatura.

Releva-se, ainda, a tendência para a horizontalização dos serviços de abastecimento de água e saneamento de águas residuais, procurando, no âmbito da gestão conjunta, a obtenção de economias de escala e a sustentabilidade dos sistemas.

Portugal - Atividade do Setor 2016

Em Portugal existiam em 2016, 415 entidades gestoras, das quais 269 com atividade de abastecimento público de água, em “alta” e “baixa”, excluindo-se cerca de 43 microentidades formadas por Juntas de Freguesia ou Associações de Utilizadores), 266 com atividade de saneamento de águas residuais urbanas e 281 com atividade na gestão de resíduos urbanos.

O setor é caracterizado por uma grande diversidade de realidades, não apenas ao nível do modelo de gestão adotado, mas também em relação à escala e recursos económico-financeiros e técnicos das entidades gestoras.

Segundo a ERSAR (RASARP, 2016), no abastecimento de água em alta, verifica-se que as concessões multimunicipais abrangem o maior número de municípios (174) e de população (5,1 milhões habitantes), sendo também o modelo que cobre a maior parte do território nacional, cerca de 71%.

Em relação ao ano anterior, regista-se uma diminuição no número de entidades, decorrente do processo de reestruturação do setor, através da fusão de concessões multimunicipais.

No panorama dos serviços de abastecimento de água em alta, o Grupo Aquapor destaca-se por deter a única concessão municipal atribuída no setor.

No saneamento em “alta”, o tipo de modelo com maior representatividade também é o das concessões multimunicipais, com 202 municípios e 7 milhões de habitantes, abrangendo 74% da área territorial. Em relação ao ano anterior, à semelhança do abastecimento em “alta”, assinala-se uma diminuição no número de entidades, decorrente do processo de reestruturação do setor, através da fusão de concessões multimunicipais.

Nos serviços de saneamento de água em alta, o Grupo Aquapor destaca-se por deter uma das duas concessões municipais atribuída no setor.



Entidades Gestoras em "Alta"	Água	Saneamento	Resíduos Urbanos
Concessões Multimunicipais	5	5	12
Concessões Municipais	1	2	-
Delegações estatais	1	-	-
Parcerias Estado / Municípios	1	1	-
Empresas Municipais ou Intermunicipais	1	-	8
Juntas de freguesia/ Associação de utilizadores	-	-	-
Associações de Municípios	-	1	3
Serviços Municipalizados ou Intermunicipalizados	1	-	-
Serviços Municipais	1	-	-
TOTAL	11	9	23

Fonte: ERSAR, RASARP, 2016

Na vertente da “baixa”, existem em Portugal, 301 entidades no abastecimento de água, repartidas por 8 modelos de gestão e 257 no saneamento de águas residuais, repartidas por 5 modelos de gestão.

Nos serviços de abastecimento de água em “baixa”, os serviços municipais são o modelo de gestão com maior representatividade, abrangendo 2,9 milhões de habitantes, seguindo-se os serviços municipalizados ou intermunicipalizados, com 2,3 milhões de habitantes, as concessões municipais com cerca de 2 milhões de habitantes e as empresas municipais ou intermunicipais, com 1,8 milhões de habitantes.

Ao nível do saneamento de águas residuais em “baixa”, os serviços municipais têm a maior representatividade, abrangendo cerca de 3,7 milhões de habitantes e 191 municípios, seguindo-se os serviços municipalizados ou intermunicipalizados (2,3 milhões de habitantes, em 20 concelhos), as empresas municipais ou intermunicipais (1,8 milhões de habitantes, em 28 concelhos), as concessões municipais (1,7 milhões de habitantes, em 23 concelhos) e as parcerias Estado/municípios (0,6 milhões de habitantes, em 18 concelhos).

Entidades Gestoras em "Baixa"	Água	Saneamento	Resíduos Urbanos
Concessões Multimunicipais	1	-	-
Concessões Municipais	28	23	1
Delegações estatais	1	-	-
Parcerias Estado / Municípios	2	2	-
Empresas Municipais ou Intermunicipais	23	23	17
Juntas de freguesia/ Associação de utilizadores	43	-	-
Associações de Municípios	-	-	2
Serviços Municipalizados ou Intermunicipalizados	20	18	7
Serviços Municipais	183	191	231
TOTAL	301	257	258

Fonte: ERSAR, RASARP, 2016

Em relação à **acessibilidade física dos serviços** de abastecimento de água e saneamento de águas residuais, ambos em “baixa, de acordo com os parâmetros de qualidade da Entidade Reguladora (RASARP 2016), é considerada boa para o território continental, com exceção da acessibilidade em áreas mediantemente urbanas, considerada apenas satisfatória.

Abastecimento de água em Portugal continental Serviço em baixa (para 99% das entidades)		Saneamento de águas residuais em Portugal continental Serviço em baixa (para 95% das entidades)	
Área predominantemente urbana	100%	Área predominantemente urbana	97%
Área mediantemente urbana	95%	Área mediantemente urbana	80%
Área predominantemente rural	92%	Área predominantemente rural	70%

Fonte: ERSAR, RASARP, 2016

Quanto às **perdas de água**, a média continental de água não faturada era de 29,8% (RASARP 2016).

ENQUADRAMENTO LOCAL

A Águas da Azambuja é Concessionária por um período de 30 anos, em regime de exclusividade de um sistema Municipal do Município de Azambuja que abrange uma área geográfica de 262 Km². Residem na área abrangida 21.814 habitantes¹, estando presentes no Município cerca de 97% dessa população. Dos resultados dos CENSOS de 2011 destacam-se ainda o número de 8.197 famílias e 11.937 alojamentos clássicos, indicadores essenciais para compreender os indicadores relativos à disponibilidade do serviço e à sua efetiva adesão.

É uma Concessão Municipal, operando em baixa, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 379/93, de 5 de novembro e do Decreto-Lei nº 194/2009 de 20 de agosto. Os serviços de fornecimento de Água e o Tratamento das Águas Residuais em alta foram assegurados pela empresa Águas do Oeste S.A. concessionária do Sistema Multimunicipal da região do Oeste até junho de 2015 e pela empresa Aguas de Lisboa e Vale do Tejo após essa data.

A atividade económica do Concelho da Azambuja assenta fundamentalmente em agricultura e florestas integradas em fileira de produção e mais recentemente serviços de transportes e logística. Verifica-se um posicionamento de relevo no Concelho na área da logística, desde a logística mais banal à logística de elevada rentabilidade e de maior especialização, devido às excelentes características, como são a acessibilidade e a centralidade. Atualmente a componente comercial e industrial representa um peso de 20,0% no volume de água vendida.

O Concelho da Azambuja encontra-se assim integrado num quadro de uma região metropolitana alargada, uma vez que se situa no centro de uma área que concentra parte significativa da produção nacional e da população residente no país. Este quadro favorável e de proximidade tem permitido a consolidação dos sectores industrial, da logística e dos transportes e no desenvolvimento do sector agroflorestal, com a criação de atividades a ele relacionadas, designadamente com atividades complementares, de cariz cultural e turístico.

¹ INE – Resultados CENSOS 2011.

Os resultados dos Censos de 2011 indicam para o Concelho da Azambuja um crescimento populacional na ordem dos 3% na década 2001-2011 e um aumento significativo do número de alojamentos disponíveis que se traduzem em mais 17% de oferta, quando comparado com o ano de 2001.

A distribuição espacial da população no território concelhio apresenta um padrão de concentração em pequenos aglomerados dispersos um pouco por todo o território, bipolarizado por dois núcleos mais relevantes, - Azambuja e Aveiras de Cima - e apoiado noutros núcleos com alguma dimensão à escala do Concelho, designadamente Alcoentre, Manique do Intendente, Vale do Paraíso e Vila Nova da Rainha.

Em termos de dinâmica demográfica das freguesias, a evolução recente tem sido caracterizada pelo acentuar das assimetrias intra-concelhias, as quais se têm apoiado em dois mecanismos distintos, mas complementares nesse processo: concentração dos ganhos populacionais nas freguesias de Aveiras de Cima e Azambuja, devido às condições de acessibilidade rodoviária e com maior dinamismo económico; perdas demográficas nas freguesias mais afastadas dos eixos viários estruturantes, mais rurais, designadamente Manique do Intendente e Vale Paraíso.²

Regulação

A atividade de Águas da Azambuja é regulada por:

- Contrato de concessão de exploração e gestão dos serviços públicos municipais de distribuição de águas e de recolha e rejeição de águas residuais em sistemas unitários e separativos na área do Município de Azambuja, estabelecido com o Município de Azambuja em 11 de maio de 2009, com a duração de 30 anos.
- Primeiro aditamento ao Contrato de Concessão celebrado a 23 de junho de 2016.
- O Tarifário de Abastecimento de Água e de Drenagem de Águas Residuais, que contempla, no sua fórmula de revisão tarifária, a variação do Índice de preços ao consumidor (IHPC – Índice Harmonizado de Preços ao Consumidor publicado pelo Banco de Portugal) e os encargos associados à compra de água e ao tratamento de efluentes em alta.
O tarifário entra em vigor após a aprovação do mesmo pela Câmara Municipal de Azambuja, sendo igualmente remetido à entidade reguladora- ERSAR.
Em 2016 houve uma atualização tarifária decorrente da celebração do 1º aditamento ao Contrato, que entrou em vigor a 22 de agosto de 2016.
- Regulamentos Municipais do Abastecimento de Água e de Águas Residuais do Concelho de Azambuja que estabelecem e definem as regras e condições a que devem obedecer os sistemas de distribuição pública e predial na área de intervenção da Águas da Azambuja.

Estes regulamentos pretendem dar resposta ao estabelecido no contrato de concessão, no que se refere à definição das relações contratuais entre a empresa e os clientes.

Atualmente encontra-se em fase de conclusão e apreciação um Regulamento de Serviço único, que visa responder às atuais exigências legais e contratuais.

² Revisão do Plano Diretor Municipal da Azambuja - Avaliação Ambiental Estratégica, abril de 2010, elaborado por Traço e Ambiente, Lda. atualizado com base nos resultados dos CENSOS 2011

- Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos – ERSAR, que é a entidade que regula todos os serviços públicos de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos e simultaneamente é a autoridade competente para a qualidade da água para consumo humano.

Esta entidade realiza anualmente o ciclo de avaliação de desempenho das entidades gestoras, que decorre com o envio dos dados até 31 de março, auditoria da ERSAR e validação final, após o período de contraditório. Em 2016 a ERSAR deu continuidade à avaliação de desempenho referente ao ano de 2015, divulgada publicamente pela ERSAR através do RASARP.

Com uma periodicidade anual, a Águas da Azambuja, enquanto entidade Gestora, tem ainda a responsabilidade de submeter à aprovação da ERSAR os Planos de Controlo da Qualidade da Água para o ano seguinte, relativos à atividade em baixa e ao fornecimento de água em alta ao município do Cadaval.

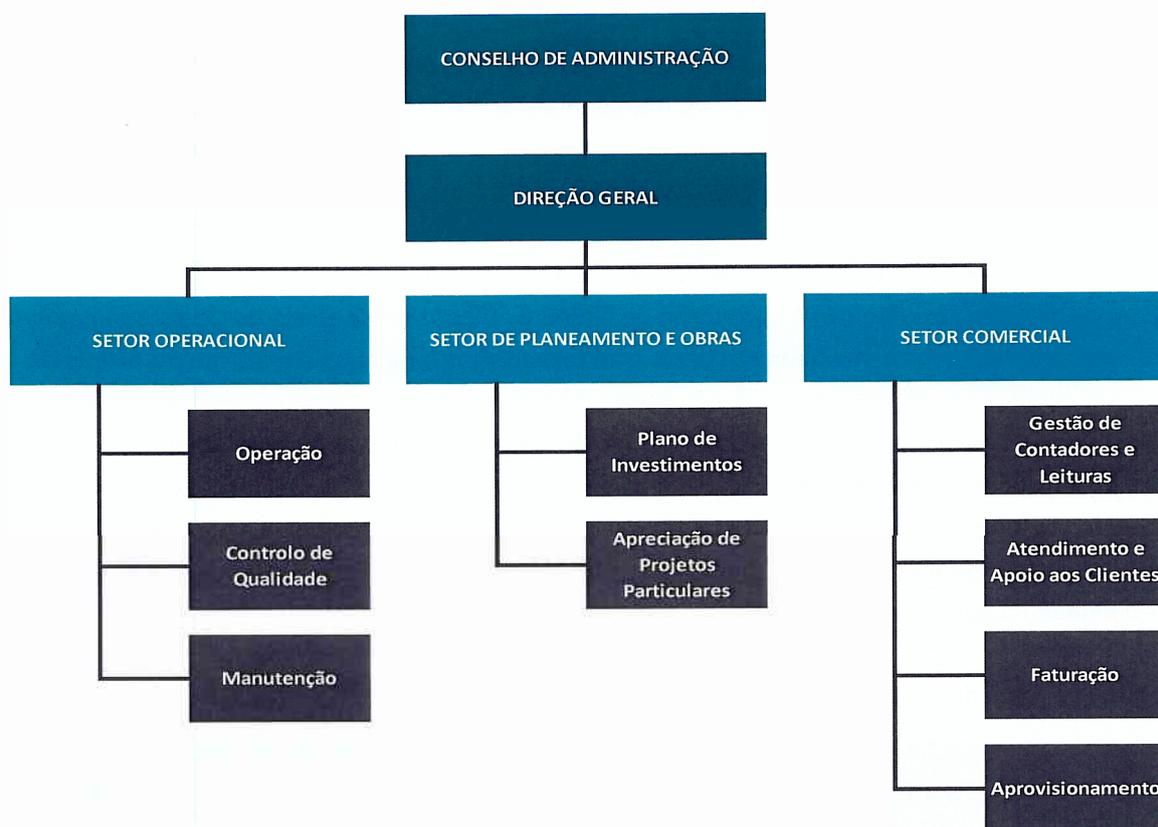
- Autoridade Concelhia de Saúde – a atuação desta entidade abrange a atividade da concessão, através da vigilância sanitária da qualidade da água fornecida pela Águas da Azambuja, que é feita de modo regular ao longo do ano. Para além dos ensaios realizados à água distribuída à população, foram também promovidas reuniões com a a Autoridade de Saúde, para análise dos programas de controlo de qualidade da água implementados.
- Legislação geral do sector.






ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

ORGANOGRAMA



COMPETÊNCIAS

Administração

- Representar a empresa;
- Definir a estratégia, objetivos, linhas de atuação e políticas da Concessionária;
- Aprovar o Plano de Atividades, Plano de Investimentos e Orçamento e Relatório de Contas da Concessionária;
- Supervisionar a atividade da Concessionária.

Direção Geral:

- Dirigir a concessão em conformidade com as diretrizes emanadas da Administração;
- Supervisionar e estabelecer as linhas de atuação dos Sectores Comercial, Operacional e de Planeamento e Obras;
- Representar a Concessionária perante o Município de Azambuja;
- Elaborar o orçamento anual da empresa;
- Verificar o cumprimento do Programa anual de gestão da empresa;
- Informar sobre a gestão da empresa.
- Controlar a qualidade da água para consumo humano, garantindo a fiabilidade e qualidade do sistema;

- Manter relações com a ERSAR, Autoridade de Saúde e Laboratórios;
- Dar cumprimento à legislação de controlo de qualidade em vigor para o sector;
- Analisar o rendimento das redes de distribuição de água e tomar medidas corretivas.

Setor Operacional:

- Supervisionar e estabelecer, em conformidade com as diretrizes emanadas da Direcção-Geral, as linhas de atuação das áreas de controlo de qualidade, exploração e manutenção;
- Estabelecer os objetivos, planos gerais e orçamentos do Sector Operacional;
- Obter os meios necessários para o cumprimento dos objetivos;
- Gerir os meios materiais e de pessoal do Sector Operacional.
- Supervisionar o correto funcionamento dos equipamentos;
- Apoiar as ações de manutenção programada e de reparação de avarias;
- Gerir todas as estações elevatórias, reservatórios, condutas adutoras e distribuidoras;
- Realizar a limpeza de reservatórios e adutoras;
- Atender aos avisos de roturas e localizá-las, determinando as operações necessárias para a sua reparação;
- Executar os ramais domiciliários. Colocar, substituir e retirar contadores de água;
- Analisar o rendimento das redes de distribuição de água e tomar medidas corretivas.



Setor Comercial:

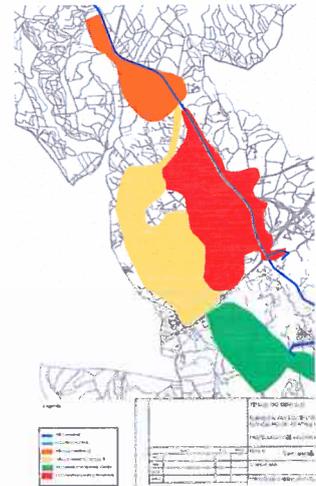
- Supervisionar e estabelecer, em conformidade com as diretrizes emanadas da Direcção-Geral, as linhas de atuação do Sector Comercial;
- Estabelecer os objetivos, planos gerais e orçamentos do Sector Comercial;
- Obter os meios necessários para o cumprimento dos objetivos;
- Gerir os meios materiais e de pessoal do Sector Comercial;
- Atender a linha telefónica;
- Rececionar a correspondência e proceder à sua entrega a cada destinatário;
- Dar resposta à correspondência de acordo com as orientações emanadas do destinatário;
- Efetuar e manter atualizado o arquivo de documentos;
- Organizar as folhas de ponto e demais documentos justificativos de faltas ou trabalho extra de cada funcionário;
- Organizar os mapas de formação profissional em função das necessidades;
- Efetuar os pedidos de compra de materiais;
- Gerir as entradas e saídas das peças existentes no armazém;
- Controlar a documentação do parque automóvel.
- Atender os pedidos e sugestões dos Clientes;
- Estudar, analisar e elaborar as respostas às reclamações dos clientes;
- Realizar contratos de fornecimento de água;



- Controlar as leituras e consumos dos clientes e proceder à emissão das respetivas faturas, de acordo com o tarifário em vigor;
- Gerir o controlo de cobranças e proceder à emissão de cartas-aviso de dívida;
- Receber os pagamentos dos clientes efetuados em dinheiro, cheque ou vale postal. Controlar os recebimentos por Agentes de Cobrança, Multibanco, *Payshop* e Transferência bancária.

Setor de Planeamento e Obras:

- Supervisionar e estabelecer, em conformidade com as diretrizes emanadas da Direção-Geral, as linhas de atuação do Sector de Planeamento e Obras;
- Estabelecer os objetivos, planos gerais e orçamentos do Sector de Planeamento e Obras;
- Apreciar projetos;
- Acompanhar a execução de obras a decorrer;
- Prestar informações técnicas a Clientes e CMA;
- Planear obras;
- Coordenar e fiscalizar as obras afetas ao Plano de Investimentos;
- Validar e aprovar Projetos de Execução para lançamento de obras.



RECURSOS HUMANOS

A empresa tem ao seu serviço 10 colaboradores distribuídos, em termos de vínculo contratual, da seguinte forma:

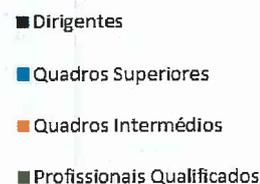
A distribuição dos colaboradores por níveis de habilitações era, no final de 2016, a seguinte:

Nível Habilitações	Homens	Mulheres	Total
2º Ciclo	1	0	1
3º Ciclo	2	0	2
Ensino Secundário	2	2	4
Ensino Superior	1	2	3
Total	6	4	10



A distribuição dos Recursos Humanos existentes por qualificação profissional foi a seguinte:

Nível Qualificação	Homens	Mulheres	Total
Dirigentes	0	1	1
Quadros Superiores	1	0	1
Quadros Intermédios	1	0	1
Profissionais Qualificados	4	3	7
Total	6	4	10



Quanto ao nível de antiguidade verificou-se a seguinte distribuição dos colaboradores:

Nível Antiguidade	Homens	Mulheres	Total
0 a 5 anos	1	1	2
5 a 10 anos	4	2	6
10 a 15 anos	0	0	0
> 15 anos	1	1	2
Total	6	4	10

O nível etário médio é de 43 anos, verificando-se a seguinte distribuição dos colaboradores:

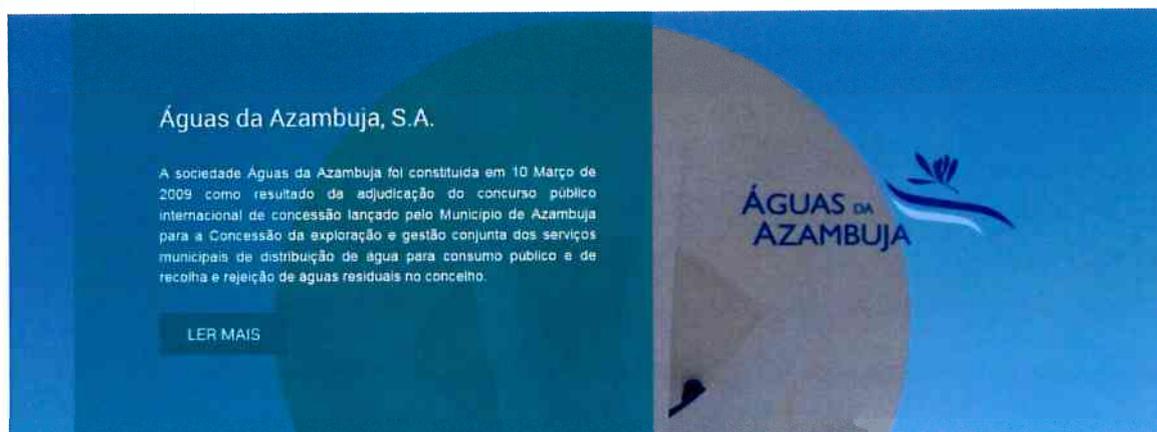
Nível Etário	Homens	Mulheres	Total
25 a 29 anos	0	0	0
30 a 34 anos	1	1	2
35 a 39 anos	2	1	3
40 a 44 anos	0	1	1
45 a 49 anos	1	1	2
50 a 54 anos	1	0	1
55 a 59 anos	1	0	1
Total	6	4	10

REGRAS SOCIETÁRIAS

A empresa rege-se pelo definido no seu pacto social. A Assembleia reúne obrigatoriamente nos três primeiros meses de cada ano, nos termos do disposto no artigo 366º do Código das Sociedades Comerciais e sempre que requerida por um ou mais acionistas com capacidade para o fazerem.

A gestão da sociedade é assegurada por um Conselho de Administração composto por três membros, e que reúne, no mínimo, uma vez em cada trimestre. A gestão corrente da sociedade é realizada pelo Diretor Geral por delegação de competências no âmbito do mandato conferido pelo Conselho de Administração.

As regras definidas pelos acionistas, através de regulamentos e comunicações internas, estabelecem os princípios, regras e condutas a adotar no desenvolvimento da atividade da empresa, em particular do controlo orçamental, regras contabilísticas, pessoal e limite de competências para a aprovação de compras e realização de investimentos.



PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS EM 2016

FACTOS RELEVANTES

O ano de 2016 constitui um marco relevante na atividade da Concessão, uma vez que se conclui o processo de reposição do equilíbrio económico e financeiro iniciado em 2011, com a assinatura do 1º Aditamento a Contrato de Concessão a 23 de junho de 2016. Este novo enquadramento, para além de responder às exigências legais associadas à atividade do setor, desencadeia um conjunto de ações, que visam em última análise, promover melhorias ao nível dos sistemas de abastecimento e saneamento do concelho de Azambuja.

O novo sistema tarifário é uma das ações implementadas no decurso do 1º aditamento ao contrato e que veio introduzir várias alterações, designadamente a aplicação de tarifários diferenciados para famílias numerosas, para famílias de menores rendimentos (tarifário social), para o comércio local e instituições privadas de beneficência, culturais, desportivas e de interesse público. Por outro lado este novo tarifário contempla uma redução da tarifa de abastecimento de água no 1º e 2º escalões, bem como a alteração da estrutura tarifária associada ao saneamento e o modo de aplicação da mesma.

O Plano de Investimentos da Concessão é outra das áreas que foi retomada, após alteração e aprovação pelo município e Assembleia Municipal em 22 de setembro de 2016 e que engloba quatro obras estruturantes do sistema, três das quais afetas ao abastecimento e uma na vertente de saneamento. A sua implementação está prevista para 2017 e encerra o ciclo de trinta projetos de investimento, sob a responsabilidade da Concessionária Águas da Azambuja.

No campo regulatório, encontra-se atualmente em fase de aprovação o novo Regulamento de Serviço, um documento único que estabelece as regras associadas às atividades de abastecimento e águas residuais, que para além de dar cumprimento às atuais exigências legais, visa apresentar de forma clara o modo de prestação destes serviços essenciais para com os seus utilizadores.

Ao nível do desempenho da empresa de salientar os ganhos de eficiência hídrica, na atividade de abastecimento, em que se registou o melhor resultado desde o início da concessão, com uma percentagem de água não faturada de 21,9%.

Na atividade de saneamento, a gestão de caudais indevidos também registou melhorias, apurando-se uma percentagem de caudais indevidos de 18,0%, muito influenciado pelas características do ano hidrológico.

Estes resultados traduzem uma otimização nos processos chave da organização e a aposta na melhoria contínua dos serviços prestados.

Durante o ano de 2016 a Águas da Azambuja foi também alvo de uma reestruturação ao nível dos seus recursos humanos, com a admissão de novos colaboradores para os quadros da empresa.

Apesar da renovação maciça do parque de contadores, a empresa continuou a sua política de renovação de contadores, adequando assim a idade e as suas condições de funcionamento, quer nos pequenos contadores domésticos, quer nos grandes consumidores com soluções tecnológicas distintas.

Procurámos durante o ano de 2016 manter o envolvimento junto da comunidade, participando nas principais atividades festivas do concelho, de onde se destaca a Avinho, Tasquinhas de Manique e Alcoentre e Feira de Maio de Azambuja.

Integrada em grupos de trabalho promovidos pela AQUAPOR em articulação com a Entidade Reguladora e o Laboratório Nacional de Engenharia Civil, a Águas da Azambuja têm continuado a desenvolver as ferramentas operacionais associadas à Gestão Patrimonial de Infraestruturas e ao Plano de Segurança da Água e Gestão de Caudais Indevidos, acompanhando assim a evolução das melhores práticas do setor.

DESEMPENHO DO SISTEMA

Exploração do Sistema

Os Sistemas de Abastecimento e de Saneamento têm apresentado uma evolução favorável ao longo da atividade da concessão, com ganhos notórios ao nível da eficiência hídrica e na diminuição de afluências indevidas. Esta realidade é evidenciada pelo cumprimento dos objetivos estratégicos da empresa Águas da Azambuja, expressos nos indicadores estabelecidos pela gestão de topo.

Assim, no que diz respeito ao rendimento do sistema de abastecimento, verificou-se o melhor desempenho desde o início da concessão, registando-se uma percentagem de água não faturada de 21,9%, o que representa uma variação favorável de 4,8 p.p.

Volume de Água (m3)	2014	2015	2016	Variação (%)
Água Aduzida	1 488 298	1 624 177	1 481 796	-9%
Água Vendida	1 149 999	1 190 668	1 157 107	-3%
% Água não Vendida	23%	27%	22%	(4,8 p.p.)

Em 2016 o volume de água aduzida ao sistema (compra em alta) decresceu face a 2015 em 142 381 m³, o que representa uma variação negativa de 8,8%. O volume faturado também registou uma diminuição de 2,8% face ao ano anterior.

Na exploração dos sistemas, será de realçar ainda o bom desempenho do sistema de drenagem de águas residuais domésticas, com um nível de afluências indevidas de 18%, fortemente influenciado pelas características do ano hidrológico considerado seco e pela entrada em vigor do novo tarifário.

Plano de Investimentos / Novas Infraestruturas

O Plano de Investimentos da Concessão foi objeto de alteração e aprovação por parte do Município e da Assembleia Municipal, em setembro de 2016, perspetivando-se a conclusão de 4 obras estruturantes no decorrer do ano 2017.

Não obstante esta realidade a Águas da Azambuja realizou um conjunto de outros investimentos ao longo do ano 2016, no sentido de promover melhorias nas condições de fornecimento dos sistemas, designadamente, na vertente do abastecimento:

- Instalação de 200 m de conduta adutora de Manique do Intendente, o que permitiu regularizar o abastecimento de água à povoação de Manique do Intendente;
- Remodelação da conduta de abastecimento de água à ETAR da Azambuja, numa extensão de 150m, o que se traduziu numa alteração de traçado na zona de regularização da ribeira de Valverde;
- Reforço do sistema de abastecimento de água à zona de Vale Brejo e Vale Coelho, com Instalação de 420 m de conduta em Casais das Amarelas ;
- Remodelação do sistema de abastecimento de água na ponte de Tagarro, em articulação com empreitada municipal de reforço estrutural da obra de arte;
- Remodelação do sistema de abastecimento de água a Vale do Paraíso na Rua da Água Férrea- fase 1.

Na vertente do saneamento, foram realizados investimentos ao nível:

- Construção de rede de drenagem e ramais de águas residuais domésticas na Rua João Lourenço, Rua de Santa Clara e Estrada D. Francisca, em Casais de Britos;
- Remodelação da rede de água e saneamento na Estrada da da Ameixoeira – Vale Coelho;
- Remodelação de 3 EEARD em Tagarro

Em paralelo, durante o ano de 2016 deu-se continuidade ao plano de renovação do parque de contadores garantindo assim uma idade média de 4,8 anos.

Ressalva-se ainda que durante o ano de 2016 não entrou nenhum sistema em alta em funcionamento, encontrando-se pendentes de ligação redes de drenagem em baixa que já se encontram concluídas e prontas para entrar em exploração, nomeadamente Tagarro, Espinheira, Casais das Boiças, Arrifana, Casais de Alem e Torre Penalva.

Manutenção do Sistema

As principais atividades de manutenção preventiva e curativa dos sistemas de abastecimento e saneamento foram asseguradas através de contrato de prestação de serviços com entidades externas:

- - Luságua – Serviços Ambientais S.A.: manutenção dos sistemas eletromecânicos;
- - Pragosa Ambiente, S.A.: despejo de fossas e a limpeza/desobstrução de coletores;
- - Paulo Bento Construções: manutenção da rede de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais;
- - Aqualongo: pesquisa ativa de fugas (deteção de perdas de água).

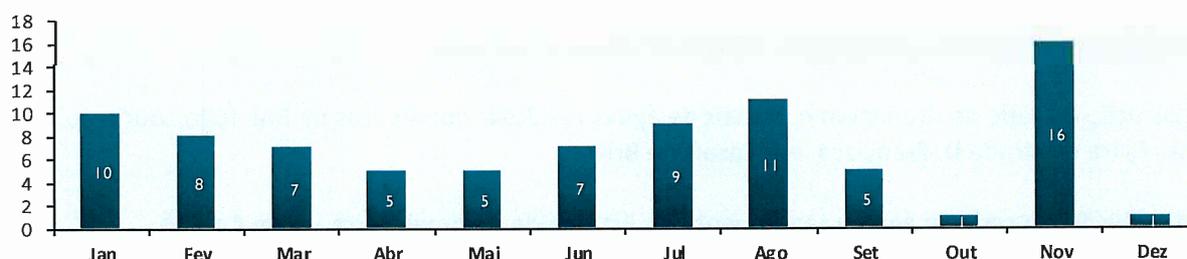
Em termos de manutenção corretiva no sistema de abastecimento de água de destacar o número de 144 reparações de roturas na rede pública de abastecimento de água e em ramais, valor superior ao registado em 2015. De realçar que das 85 roturas verificadas em 2016, 19 foram identificadas no meses de novembro e dezembro, resultantes da pesquisa ativa de fugas promovida pela empresa, com recurso a empresa da especialidade, o que permitiu intervir antes de ocorrer colapso estrutural das condutas.

Por outro lado, de realçar o elevado n.º de roturas de grande dimensão verificadas no eixo Casais da Lagoa / Aveiras de Cima, nos meses de julho e agosto.

No quadro seguinte é apresentado, em resumo, o número de roturas reparadas durante o ano de 2016.

2016	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
n.º de roturas na rede	9	6	7	7	14	22	11	16	14	1	26	11	144

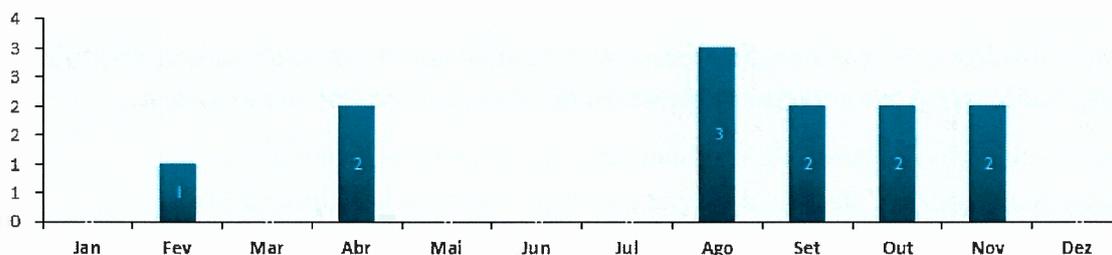
Roturas durante o ano de 2016



Relativamente à rede de saneamento, verificaram-se 12 obstruções em coletores em 2016, valor superior às 7 registadas no ano 2015. O reduzido número de obstruções resulta essencialmente do efeito da manutenção preventiva na rede de drenagem, e do ano seco com poucos períodos de precipitação intensa, com impacto direto na sobrecarga dos coletores domésticos via caudais indevidos.

2016	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
n.º de obstruções na rede	0	1	0	2	0	0	0	3	2	2	2	0	12

Obstruções durante o ano de 2016



Relativamente à limpeza de fossas, foram asseguradas 343 limpezas de fossas sépticas, registando-se um incremento de 37% face ao ano 2015 (foram realizadas 251 limpezas), resultante da implementação do novo

tarifário na área do saneamento, aplicável a todos os clientes domésticos, o que potenciou o aumento de tipo de solicitações, promovendo assim boas práticas ambientais.

Sistema de Controlo da Qualidade da Água para Consumo Humano

A atividade de monitorização da qualidade da água desenvolve-se de acordo com o programa de controlo da qualidade da água (PCQA), que compreende a vertente de controlo legal como entidade gestora em Alta e em Baixa, anualmente aprovada pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), e a vertente de controlo operacional.

O programa de controlo da qualidade da Água (Entidade Gestora em Baixa e em Alta) estabelecido de acordo com o Decreto – Lei nº 306/2007 de 27 de Agosto foi totalmente cumprido mediante a realização de 122 controlos de Rotina I, 47 controlos de Rotina II e 12 controlos de Inspeção.

Durante o ano de 2016 registaram-se 3 incumprimentos num total de 1154 determinações regulamentares. Os resultados obtidos acima dos valores paramétricos, incidiram em parâmetros bacteriológicos *E.Coli*, Bactérias Coliformes e no parâmetro Trihalometanos, na zona de abastecimento de Virtudes. Foram realizadas análises de verificação as quais deram todas conformes, não se confirmando os incumprimentos. Para avaliação conjunta, todos os incumprimentos foram ainda comunicados à entidade em alta responsável pelo fornecimento de água.

Em 2016 foram monitorizados 120 pontos de amostragem, tendo sido assegurada a rotatividade e representatividade dos mesmos, para as 9 zonas de abastecimento existentes e 1 ponto de entrega em alta ao município do Cadaval.

Os pontos selecionados abrangeram locais públicos e clientes particulares, designadamente Escolas, Jardins-de-Infância, Lares de Idosos, Espaços públicos, Restaurantes, Cafés e Casas Particulares de clientes, estes últimos selecionados a partir do sistema de informação e gestão de clientes (AQUAMATRIX).

Imagem e comunicação

Em 2016 a empresa continuou a desenvolver instrumentos direcionados aos seus clientes, indo de encontro às suas necessidades e às novas tecnologias.

Foi neste contexto disponibilizada a aplicação My AQUA, gratuita para smartphones e que permite aos clientes consultar e gerir os seus dados, consultar as suas faturas, pagamentos, comunicar leituras, vindo assim facilitar a comunicação dos clientes com a empresa.



A GESTÃO DO CONTRATO NA SUA MÃO
MAIS RÁPIDO, MAIS PRÓXIMO
DISPONÍVEL 24 HORAS POR DIA



Foram também promovidas campanhas de divulgação e esclarecimentos aos clientes referentes ao novo tarifário. No âmbito da participação da empresa em projetos de solidariedade foi mantido o protocolo com a Associação de Solidariedade Social Casa do Pombal, uma IPSS com sede na freguesia de Aveiras de Cima através de uma parceria conjunta iniciada em julho de 2015.



Nessa parceria a Água da Azambuja promove a adesão ao débito direto e fatura eletrónica no âmbito da sua atividade comercial corrente, com o propósito de redução do impacto ambiental que a emissão de faturas provoca, a redução dos custos associados com a faturação e cobrança e potenciar a comodidade dos utilizadores partilhando esse benefício com a Casa do Pombal sob a forma de donativo.

Área Comercial

Em 2016 registou-se um aumento de 24 clientes na área do abastecimento, face ao ano anterior, resultado em grande parte das campanhas de identificação de locais de consumo sem ligação à rede pública, mitigando assim a tendência de decréscimo resultado da situação socioeconómica do país.

Relativamente ao saneamento regista-se um aumento expressivo do número de clientes, com o incremento de 1872 clientes. Esta variação decorre do novo modelo tarifário, que passou a incluir todos os clientes domésticos com acesso ao serviço de saneamento, quer através de redes fixa, quer através de meios móveis.

Durante o ano de 2016 foram construídos 30 ramais de água e 17 de saneamento, através de pedidos de execução por parte dos clientes (não contempla os ramais construídos no âmbito do Plano de Investimentos).

A Águas da Azambuja celebrou durante o ano de 2016 577 novos contratos de fornecimento de água, associados em grande parte devido ao mercado de aluguer de habitação e mudança do consumidor. Face ao ano de 2015 regista-se um aumento de 16,1% no número de contratos celebrados.



Baixas de Fornecimento

No decurso do ano 2016, a Águas da Azambuja registou 553 rescisões de contrato de fornecimento, resultando relativamente ao movimento de contratos num aumento de 24 contratos.

Suspensões de fornecimento

Relativamente ao controlo de cobranças, resultaram, em 2016, 249 suspensões no fornecimento.

Campanha de Substituição de Contadores Antigos

Relativamente a atividade de contadores refere-se uma idade média do parque de contadores de 4,8 anos permitindo assim em 2016 uma normal atividade de substituição, perfazendo um total de 213 contadores substituídos.

(em euros)

Vendas e Prestações de Serviços	2014	2015	2016
Venda de Água	1 457 900	1 528 857	1 536 912
Tarifa de Disponibilidade	694 447	706 935	679 246
Total Vendas + Tarifa	2 152 347	2 235 793	2 216 158
Tarifa de Utilização de Saneamento	428 199	444 299	688 260
Ramais Domiciliários (Água)	8 550	20 385	24 840
Ramais Domiciliários (Saneamento)	2 364	22 310	9 702
Outros Serviços	103 060	97 176	121 324
Total das Prestações de Serviços	542 174	584 171	844 127
Total de Volume de Negócios	2 694 521	2 819 963	3 060 285

Em termos de faturação, a empresa atingiu um volume de vendas de 3 060 285 Euros.

Venda Água - Classe de Consumo	Volume Vendido (m ³)	Peso no Total (% m ³)	Vendas (€)	Peso s/Total	Tarifa de Disponibilidade (€)	Peso s/Total	Tarifa Média (€/m ³)	Nº de Clientes em condições a faturar	Peso s/Total
Doméstico	745 636	64%	799 060	52%	528 690	78%	1,07	8 598	87%
1º Escalão	390 214		279 588						
2º Escalão	304 024		379 356						
3º Escalão	37 832		90 332						
4º Escalão	13 566		49 784						
Comércio e Indústria	231 427	20%	557 717	36%	98 162	14%	2,41	924	9%
1º Escalão	80 722		160 539						
2º Escalão	150 705		397 179						
Obras	8 586	1%	18 431	1%	5 066	1%	2,15	66	1%
Inst. Privadas de Benef, Cult, Despor e de Int. Público	40 603	4%	34 385	2%	8 880	1%	0,85	104	1%
Estado e de outras pessoas colect. de Direito Público	7 620	1%	17 678	1%	5 957	1%	2,32	18	0%
Autarquias da área do Município	74 160	6%	70 689	5%	32 492	5%	0,95	211	2%
Autarquias Limítrofes	49 075	4%	38 950	3%		0%	0,79	1	0%
Total	1 157 107		1 536 912		679 246			9 922	

Os clientes Domésticos têm um peso de 86,7% no conjunto total de contratos existentes em condições de faturar, seguidos dos clientes de Comércio/Indústria com um peso de 9,3%. No entanto quando comparado os rendimentos, o peso do Comércio e Indústria ascende a 36,1% reduzindo o peso doméstico para 53,3%.

Em média, foram faturados cerca de 9,72 m³ por consumidor e por mês. Em termos de consumidores domésticos, foram faturados em média 7,23 m³ por consumidor e por mês.

Formas de Pagamento:

Em termos de formas de pagamento, os meios automáticos representam cerca de 77% da escolha dos nossos Clientes.

A nível de adesão à fatura digital, regista-se uma percentagem de adesão de 3,8%, consubstanciando um ligeiro aumento da adesão a esta facilidade face aos anos anteriores.

Modalidade de Pagamento	2014		Peso (Quant)	2015		Peso (Quant)	2016		Peso (Quant)
	Quant.	Euros		Quant.	Euros		Quant.	Euros	
Loja	23 571	840 045	21%	24 476	911 726	21%	28 856	977 654	23%
Débito em Conta	38 326	1 483 602	34%	38 186	1 451 468	33%	42 435	1 656 752	34%
Payshop	9 648	202 088	9%	7 103	146 417	6%	2 647	51 992	2%
Multibanco	40 427	1 125 095	36%	44 581	1 198 916	39%	51 052	1 407 599	41%
Balcão EDP	40	592	0%	2	20	0%	0	0	0%
Megarede	0	0	0%	0	0	0%	0	0	0%
Total	112 012	3 651 423	100%	114 348	3 708 545	100%	124 990	4 093 998	100%

ORGANIZAÇÃO, PROCESSOS E SISTEMAS

Organização e Processos

No que respeita aos aspetos organizacionais e de procedimentos, a empresa encontra-se estabilizada no modelo estabelecido para a gestão e manutenção das infraestruturas de água e águas residuais, em conjunto com a fiscalização e acompanhamento das Obras que fazem parte do Plano de Investimentos.

A este respeito, salientamos novamente o trabalho desenvolvido ao nível do cadastro técnico e comercial, que permite um nível de conhecimento das infraestruturas e dos utilizadores muito superior. Em termos gerais, a Concessão engloba 9 922 contratos ativos a 31 dezembro de 2016 distribuídos por uma área territorial de cerca de 262 km², servidos, em baixa, por:

Infra-estruturas	nº/ km
Reservatórios	16
Estações Elevatórias de Abastecimento	10
Estações Elevatórias de Águas Residuais	16
Rede de Abastecimento de Água	282
Rede de Saneamento	140

Relações com o Concedente e com outros interessados no desempenho da Sociedade

O relacionamento entre a empresa e o Município de Azambuja tem sido positivo e de grande proximidade permitindo ultrapassar as situações decorrentes do normal funcionamento e atribuição da Concessão, tanto a nível da operação das infraestruturas, como no relacionamento com os clientes e com as outras entidades interessadas.

A este nível é de realçar o contacto próximo com as Juntas de Freguesia, a empresa gestora em alta Águas de Lisboa e Vale do Tejo, a Agência Portuguesa do Ambiente, Autoridade Concelhia de Saúde e Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos.

ANÁLISE ECONÓMICO – FINANCEIRA

NOTA INTRODUTÓRIA:

A análise económica e financeira que se apresenta de seguida sintetiza os resultados alcançados pela Águas da Azambuja, S.A., no exercício de 2016, bem como a situação patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2016.

A leitura deste capítulo deve ser feita em conjugação com as demonstrações financeiras e notas anexas a este relatório.

ANÁLISE DE GASTOS E RENDIMENTOS

A empresa registou, no ano de 2016, um resultado líquido de 354.418 euros.



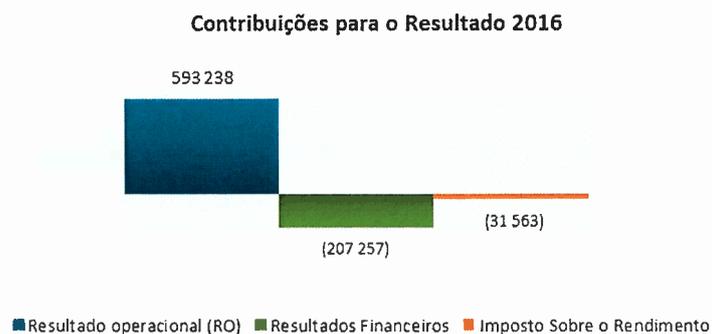
(em euros)

Demonstração dos Resultados	2014	2015	2016	Var. %
Vendas	2 152 347	2 235 793	2 216 158	-1%
Prestações de Serviços	542 174	584 171	844 126	44%
Volume de Negócios	2 694 521	2 819 963	3 060 284	9%
CMVMC	974 745	1 005 069	860 781	-14%
Fornecimentos e Serviços Externos	1 325 489	1 093 295	1 181 932	8%
Gastos com o Pessoal	192 421	204 264	215 967	6%
Outros Resultados Operacionais	20 569	10 324	(4 104)	-140%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (RADFI)	222 435	527 660	797 501	51%
Amortizações	124 918	130 614	204 263	56%
Resultado operacional (RO)	97 517	397 046	593 238	49%
Resultados Financeiros	(355 959)	(257 443)	(207 257)	19%
Resultados Antes de Impostos	(258 441)	139 603	385 981	176%
Imposto Sobre o Rendimento	(1 076)	8 586	31 563	268%
Resultado Líquido do Exercício	(257 365)	131 017	354 418	171%

(em euros)

	2014	2015	2016	Var. %
EBITDA Ajustado (Cash-Flow Operacional)	241 293	525 850	764 280	45,3%
Margem EBITDA	8,95%	18,65%	24,97%	6,3 p.p.
EBIT (Resultado Operacional)	97 517	397 046	593 238	49,4%
Margem EBIT	3,62%	14,08%	19,39%	5,3 p.p.

O Resultado Líquido obtido teve como principais contribuidores:



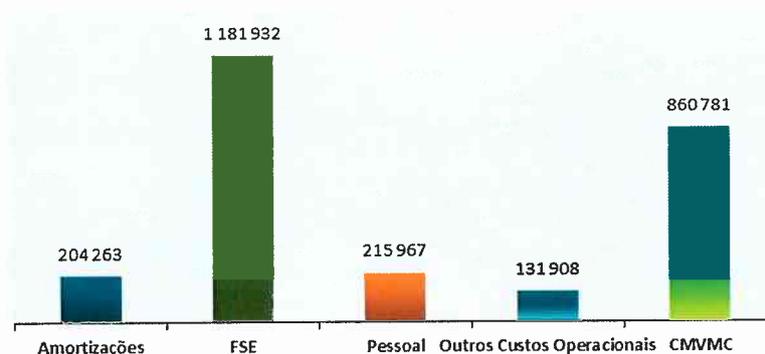
O resultado financeiro contribui negativamente para o resultado alcançado.

EBIT (Resultado Operacional)

O EBIT (Resultado Operacional) registou um resultado positivo de 593.238 euros. Os rendimentos operacionais no montante total de 3.188.088 euros superaram os gastos operacionais que atingiram os 2.594.850 euros. O volume de negócios aumentou 9% essencialmente por via de aumento de tarifário com especial incidência na atividade de saneamento.

Relativamente aos Gastos Operacionais temos a seguinte decomposição:

Gastos Operacionais 2016



Os **Fornecimentos e Serviços Externos** aumentaram 8% essencialmente por via dos gastos com a conservação e reparação em consequência dos trabalhos efetuados na rede de abastecimento.

A variação negativa de 14% verificada na rubrica de **CMVMC** justifica-se pela redução de 9% no volume de água comprada, reflexo da redução de preço via AdLVT.

Resultado Financeiro

A vertente financeira registou uma melhoria de 19% com um resultado negativo de 207.257 mil euros, explicado pela redução de juros de Mlp suportados e comissões associadas ao empréstimo.



ANÁLISE DO BALANÇO

(em euros)

Balanço	2014	2015	2016	Var. %
Ativo				
Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis	5 123 380	5 020 185	4 912 304	-2%
Outros	14 212	0	161	
Total dos Ativos não Correntes	5 137 592	5 020 185	4 912 465	-2%
Contas a Receber	614 851	715 102	763 729	7%
Diferimentos	39 637	50 620	54 701	8%
Outros	1 559 948	1 697 026	1 816 803	7%
Total dos Ativos Correntes	2 214 436	2 462 748	2 635 233	7%
Total do Ativo	7 352 028	7 482 933	7 547 698	1%
Capital Próprio e Passivo				
Capital Próprio	74 321	254 291	608 709	139%
Financiamentos Obtidos	4 447 050	4 406 213	4 523 781	3%
Contas a Pagar	533 665	509 033	488 149	-4%
Outros	331 600	260 145	251 908	-3%
Total dos Passivos não Correntes	5 312 315	5 175 391	5 263 838	2%
Contas a Pagar	1 881 976	1 910 252	1 627 485	-15%
Financiamentos Obtidos	83 416	142 999	47 666	-67%
Total dos Passivos Correntes	1 965 392	2 053 251	1 675 151	-18%
Total do Passivo	7 277 707	7 228 642	6 938 989	-4%
Total do Capital Próprio e do Passivo	7 352 028	7 482 933	7 547 698	1%

O total do **Ativo** atingiu, no final de 2016, o montante de 7.548 mil euros.

Os **Ativos não Correntes** reduzem 2% essencialmente pelas amortizações do período.

Os **Ativos Correntes** variam 7% contribuindo positivamente o aumento das disponibilidades e negativamente o pagamento das prestações suplementares.

O **Capital Próprio** aumenta por via do resultado positivo verificado em 2016.

Os **Passivos não Correntes** apresentam no final de 2016, o montante de 5.264 mil euros, valor inferior em 2% ao registado no final de 2015 por via da dos reembolsos do financiamento junto da CGD.

A variação verificada nos **Passivos Correntes** resulta essencialmente das contas a pagar por redução de dívidas a fornecedores.

INDICADORES

Os indicadores revelam o impacto do resultado líquido positivo registado em 2016.

Indicadores	2014	2015	2016	Var. p.p.
Rentabilidade dos Capitais Próprios (%)	(346,3%)	51,5%	58,2%	6,7 p.p.
Rentabilidade do Ativo (%)	(3,5%)	1,8%	4,7%	2,9 p.p.
Autonomia Financeira (%)	1,0%	3,4%	8,1%	4,7 p.p.
Solvabilidade (%)	1,0%	3,5%	8,8%	5,3 p.p.

p.p. - pontos percentuais

PERSPETIVAS PARA O FUTURO

Para o ano de 2017 foram estabelecidas as seguintes linhas fundamentais de orientação da atividade da empresa:

- Conclusão das Obras previstas no Plano de Investimento;
- Continuidade na melhoria do desempenho operacional da rede de abastecimento de água com a consequente redução do volume de água perdida e do número de falhas no abastecimento de água;
- Continuidade na melhoria do desempenho operacional da rede de drenagem de águas residuais domésticas por via da redução e controlo de afluências indevidas;
- Implementação de um sistema de informação geográfica com o enquadramento acionista;
- Operação do Sistema de Telegestão.

Numa análise de riscos e incertezas relacionados com acontecimentos ou condições que possam afetar significativamente a situação da Águas da Azambuja, referenciamos:

- Posicionamento da Concessionária do Sistema Multimunicipal;
- Evolução das taxas de juro e variações dos preços de energia e combustíveis;
- Retração de consumos e utilização de captações próprias;
- Evolução legislativa para o setor, incluindo a cissão dos sistemas multimunicipais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentados os resultados das atividades desenvolvidas em 2016, deseja este Conselho de Administração manifestar o seu mais elevado apreço e consideração a todos quantos, direta ou indiretamente, contribuíram para os resultados obtidos, destacando:

- Os Colaboradores de Águas da Azambuja, pelo seu notável sentido de serviço e de missão que colocam nas suas atividades diárias;
- A Entidade Concedente – Câmara Municipal de Azambuja;
- Os Acionistas AQUAPOR - Serviços, SA, e ECOBREJO – Gestão de Águas, Resíduos e Ambiente, S.A. pelo interesse, disponibilidade e apoio reiteradamente demonstrados no acompanhamento da empresa;
- A Entidade Reguladora pelo suporte e contributo para o desempenho da Concessionária;
- Os Fornecedores, pelo esforço posto na pronta satisfação das necessidades da empresa;
- Os Clientes, pela sua exigência crítica e boa colaboração;
- O Revisor Oficial de Contas e o Fiscal Único, pelo espírito interessado e positivamente crítico de que deram prova no seguimento das atividades da empresa;
- Os Membros da Mesa da Assembleia Geral, pelo empenho posto no exercício das suas funções.

OUTRAS INFORMAÇÕES

Nos termos do disposto no artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais importa referir o seguinte:

- Não existem factos relevantes ocorridos após o fecho do exercício de 2016;
- Não foram adquiridas ou alienadas ações próprias durante o exercício;
- Não houve qualquer negócio entre a sociedade e os seus Administradores no exercício de 2016;
- A sociedade não tem sucursais.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido do Exercício de 2016, no montante de 354.418 euros, tenha a seguinte distribuição:

- Um montante de 17.721 euros, correspondentes a 5% do resultado, para reforço da Reserva Legal;
- A importância sobrança, no valor de 336.697 euros para Resultados Transitados.

O Conselho de Administração

Eng.º Paulo Jorge Almeida Oliveira

Eng.º Tiago Azevedo Fernandes de Carvalho

Dr. António José Martins de Sousa Lucas

Azambuja, 20 de março de 2017

CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2016 E RESPECTIVO ANEXO

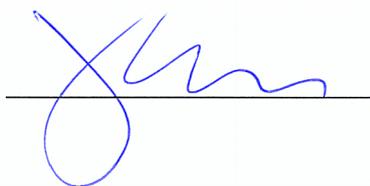
Águas da Azambuja, S.A.

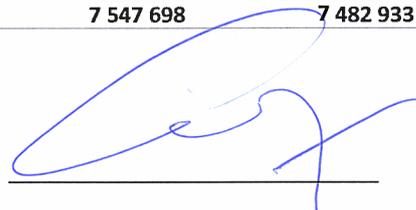
BALANÇO

Período findo em 31 de Dezembro de 2016

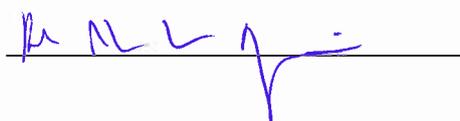
		Quantias em Euros	
	Notas	31/12/2016	31/12/2015
Ativo			
Ativo Não Corrente			
Ativos Fixos Tangíveis	8	25 173	32 178
Ativos Intangíveis	7	4 887 131	4 988 006
Outros investimentos financeiros		161	-
		<u>4 912 465</u>	<u>5 020 185</u>
Ativo Corrente			
Inventários	9	43 732	44 032
Clientes	13.1	517 442	558 050
Estado e Outros Entes Públicos	15.1	-	14 822
Outros Créditos a Receber	13.2	763 729	1 059 730
Diferimentos	15.2	54 701	50 620
Caixa e Depósitos Bancários	4	1 255 629	735 494
		<u>2 635 233</u>	<u>2 462 748</u>
Total do Ativo		7 547 698	7 482 933
Capital Próprio e Passivo			
Capital Próprio			
Capital Subscrito	13.6	50 000	50 000
Outros Instrumentos de Capital Próprio	13	1 895 000	1 895 000
Reservas Legais		6 551	-
Resultados Transitados	15.3	(1 697 260)	(1 821 726)
Resultados Líquidos do Período	15.3	354 418	131 017
Total do Capital Próprio		608 709	254 291
Passivo			
Passivo Não Corrente			
Provisões	11	251 908	260 145
Financiamentos Obtidos	13.5	4 523 781	3 913 713
Outras Dívidas a Pagar	13.4	488 149	1 001 533
		<u>5 263 838</u>	<u>5 175 391</u>
Passivo Corrente			
Fornecedores	13.3	1 184 462	1 527 416
Estado e Outros Entes Públicos	15.1	47 489	8 882
Financiamentos Obtidos	13.5	47 666	142 999
Outras Dívidas a Pagar	13.4	395 534	373 955
		<u>1 675 151</u>	<u>2 053 251</u>
Total do Passivo		6 938 989	7 228 642
Total do Capital Próprio e Passivo		7 547 698	7 482 933

Conselho de Administração





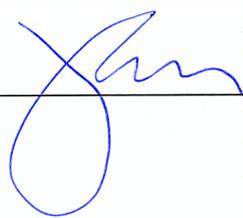
Contabilista Certificado



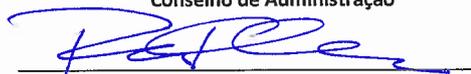
Águas da Azambuja, S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA
 Período findo em 31 de Dezembro de 2016

Quantias em Euros

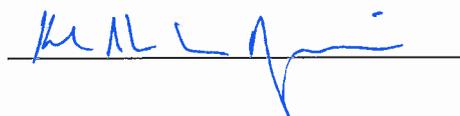
	Notas	31/12/2016	31/12/2015
RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas e Serviços Prestados	10	3 060 284	2 819 963
Trabalhos para a Própria Entidade	15.10	1 493	24 547
Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	9	(860 781)	(1 005 069)
Fornecimentos e Serviços Externos	15.4	(1 181 932)	(1 093 295)
Gastos com o Pessoal	14	(215 967)	(204 264)
Imparidade de Dívidas a Receber (Perdas/Reversões)	13.1	45 999	(19 597)
Provisões (Aumentos/Reduções)	11	33 221	21 407
Outros Rendimentos	15.5	47 091	35 906
Outros Gastos	15.6	(131 908)	(51 939)
Resultados antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos		797 501	527 660
Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização	15.7	(204 263)	(130 614)
Resultado Operacional (antes de gastos de Financiamento e Impostos)		593 238	397 046
Juros e Rendimentos Similares Obtidos	15.8	4 735	4 617
Juros e Gastos Similares Suportados	15.9	(211 992)	(262 061)
Resultado antes de Impostos		385 981	139 603
Impostos sobre o Rendimento do Período	12	(31 563)	(8 586)
Resultado Líquido do Período		354 418	131 017



Conselho de Administração

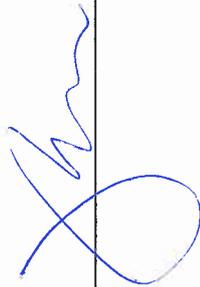


Contabilista Certificado




Descrição	Outros					Resultados Transitados	Ajustamentos em Ativos e Passivos Financeiros	Resultado Líquido do Período	Total de Capital Próprio
	Capital Realizado	Instrumntos de Capital Próprio	Reservas Legais	Reservados	Outros				
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2015	50 000	1 895 000	-	-	-	(1 564 361)	(48 953)	(257 366)	74 321
APLICAÇÃO DE RESULTADOS	-	-	-	-	-	(257 366)	-	257 366	0
Transferência de Resultados do exercício para Resultados Transitados	-	-	-	-	-	(257 366)	-	257 366	0
ALTERAÇÕES NO PERÍODO	-	-	-	-	-	-	48 953	-	48 953
Outras alterações reconhecidas no Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	48 953	-	48 953
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	-	-	-	-	-	-	-	131 017	131 017
RESULTADO INTEGRAL	-	-	-	-	-	-	-	131 017	179 970
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Prestações suplementares	-	-	-	-	-	-	-	-	-
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2015	50 000	1 895 000	-	-	-	(1 821 727)	0	131 017	254 291
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2016	50 000	1 895 000	-	-	-	(1 821 727)	0	131 017	254 291
APLICAÇÃO DE RESULTADOS	-	-	-	-	-	-	-	-	6 551
Constituição da Reserva Legal	-	-	-	-	-	-	-	124 466	(131 017)
Transferência de Resultados do exercício para Resultados Transitados	-	-	-	-	-	-	-	124 466	(131 017)
ALTERAÇÕES NO PERÍODO	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	-	-	-	-	-	-	-	354 418	354 418
RESULTADO INTEGRAL	-	-	-	-	-	-	-	354 418	354 418
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2016	50 000	1 895 000	6 551	-	-	(1 697 260)	0	354 418	608 709

Conselho de Administração




Contabilista Certificado

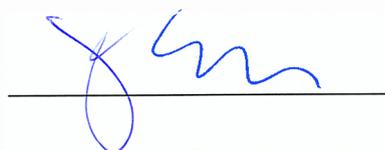


Águas da Azambuja, S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
 Período findo em 31 de Dezembro de 2016

Quantias em Euros

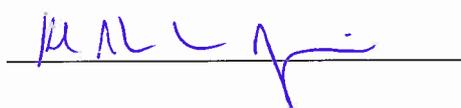
	31/12/2016	31/12/2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais - método direto		
Recebimentos de Clientes	4 030 521	3 647 434
Pagamentos a Fornecedores	(3 389 654)	(3 003 633)
Pagamentos ao Pessoal	(203 276)	(195 076)
Caixa gerada pelas operações	437 592	448 725
Pagamentos/recebimentos do imposto sobre o rendimento	10 434	(1 285)
Outros recebimentos / pagamentos	(43 017)	(62 529)
Fluxo de caixa das atividades operacionais (1)	405 008	384 910
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos Fixos Tangíveis	(3 862)	(504)
Ativos Intangíveis	(55 180)	(23 677)
Outros Ativos	(1 827)	-
	(60 868)	(24 181)
Recebimentos provenientes de:		
Juros e rendimentos similares	134	444
	134	444
Fluxo de caixa das atividades de investimento (2)	(60 734)	(23 737)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	300 000	-
	300 000	-
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	(47 666)	(83 411)
Juros e gastos similares	(76 473)	(138 548)
	(124 139)	(221 959)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento (3)	175 861	(221 959)
Variações de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	520 135	139 213
Caixa e seus equivalentes no início do período	735 494	596 281
Caixa e seus equivalentes no fim do período	1 255 629	735 494

Conselho de Administração





Contabilista Certificado



Águas da Azambuja, S.A.

Exercício findo em 31 de dezembro de 2016

ANEXO

(Quantias estão expressas em Euros
exceto quando expressamente indicado de outra forma)

1. Identificação da Entidade

A Águas da Azambuja, S.A. é uma sociedade anónima constituída em 10 de março de 2009, em resultado da adjudicação do Concurso Público Internacional lançado pelo Município de Azambuja em abril de 2007, que tem por objeto a exploração e gestão conjunta dos serviços públicos municipais de distribuição de água e de recolha e de rejeição de águas residuais em sistemas unitários e separativos na área do Município de Azambuja. A Empresa tem a sua sede na Rua Teodoro José Silva – Edifício Atrium Azambuja, 37 – Azambuja, Portugal.

O capital da Empresa é detido maioritariamente pela Aquapor – Serviços, S.A. (74,98%), com sede em Lisboa. O restante capital é distribuído da seguinte forma:

- Ecobrejo – Gestão de Águas, Resíduos e Ambiente, S.A. - 24,99%;
- Luságua – Serviços Ambientais, S.A. - 0,01%;
- Luságua Alcanena – Gestão de Águas, S.A. - 0,01%;
- Pragosa Ambiente, S.A. - 0,01%.

Atividade Concessionada

Em 11 de maio de 2009 foi celebrado o Contrato de Concessão entre o Município de Azambuja e a Águas da Azambuja, S.A., pelo prazo de 30 anos e mediante uma renda total de 1.015.725 Euros. Após a assinatura do Contrato, e durante um período de 60 dias, decorreu o designado “Período de Transição” onde se procedeu ao diagnóstico e reconhecimento do funcionamento dos Serviços Municipais.

O arranque da fase de exploração (Período de Funcionamento Normal), teve início no dia 11 de julho de 2009. Após esta data a responsabilidade da gestão técnica, operacional e administrativa do sistema municipal passou para a Águas da Azambuja.

Nos termos do Contrato, a propriedade de todos os bens, infraestruturas, instalações e equipamentos (com exceção dos stocks de consumíveis e substituíveis do equipamento básico, do equipamento de transporte, do equipamento administrativo e das ferramentas utensílios integrados nos Sistemas e ou afetos), reverterão para o Concedente no final do contrato sem qualquer encargo para este, e em perfeito estado de funcionamento e manutenção, tendo como consideração o desgaste decorrente dos anos de serviço efetuado.

No início desta concessão, parte das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços objeto do contrato de concessão já existia e são propriedade da Concedente. Adicionalmente, a Empresa tem a obrigação de realizar todas as obras necessárias à execução do plano de investimento e a sua exploração, nomeadamente os planos de abastecimento de águas (3.731.384 Euros) e saneamento de águas residuais (3.307.339 Euros).



De acordo com contrato de concessão, estas infraestruturas estão à disposição da Concessionária para os fins da concessão. Dado que a Empresa não controla estes bens (não pode alienar, onerar ou transferir) e não pagou diretamente pelos mesmos, estes ativos não são registados no Balanço da Empresa. A Empresa reconheceu nas suas demonstrações financeiras, um ativo intangível relacionado com o direito de utilização destas infraestruturas.

Também o valor das rendas fixas definidas para pagamento do uso destes ativos assim como o direito de explorar a concessão, qualificam para reconhecimento como parte do ativo intangível a reconhecer no início da concessão e que constitui o direito de explorar a concessão. Estas rendas terão os seguintes valores: 1º ano: 208.782 Euros; 2º ano: 104.391 Euros; 3º ano: 83.512 Euros; 4º ano: 62.635 Euros; 5º ano e seguintes: 21.400 Euros (montantes que serão atualizados anualmente com base no IPC).

Em junho de 2011 foi apresentado ao Município um pedido de reequilíbrio da Concessão por força de alterações legislativas significativas, nomeadamente a publicação do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, cujo prazo de adaptação terminou a 20 de agosto 2012, e de condicionantes várias relativamente ao Caso Base anexo ao Contrato de Concessão. Este pedido resultou num processo negocial mais alargado de revisão do Contrato de Concessão iniciado em janeiro de 2012 e que culminou em dezembro de 2012 na estabilização da Minuta de Aditamento e no seu envio à Entidade Reguladora em fevereiro de 2013 para a obtenção de parecer.

Com base no Parecer da ERSAR de abril de 2015, foi aprovado nos diferentes órgãos autárquicos em julho de 2015 o Primeiro Aditamento ao Contrato de Concessão. O processo de aprovação do Aditamento teve o consentimento da Entidade Financiadora do Projeto e o Despacho do Tribunal de Contas, tendo ficado concluído com a assinatura do mesmo a 23 de junho de 2016.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

A Empresa faz o relato contabilístico das suas contas de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro (NCRF) que fazem parte integrante do SNC.

Não houve derrogações com vista à imagem verdadeira e apropriada.

Em resultado da transposição para o ordenamento jurídico interno da Diretiva n.º 2013/34/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, através da publicação do Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho, ocorreram alterações a nível das NCRF que têm aplicação obrigatória para exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016.

As demonstrações financeiras de 2016 foram preparadas usando princípios contabilísticos consistentes com o ano anterior, pelo que não existem contas, seja do balanço seja da demonstração de resultados, cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.



3. Políticas contabilísticas

3.1 Principais políticas contabilísticas

A Empresa adotou o disposto nas NCRF, e supletivamente adotou o disposto na IFRIC 12 - Acordos de Concessão de Serviços e da SIC 29 – Divulgação – Acordos de Concessão de Serviços. A IFRIC 12 define as regras a observar na contabilização dos acordos de concessão, atendendo aos serviços que presta e ao poder de controlo que tem sobre os ativos da concessão.

No âmbito da atividade concessionada, a Empresa reconheceu um ativo intangível que corresponde ao direito de utilização e de exploração das infraestruturas cedidas pelo Concedente.

Embora seja da responsabilidade da Empresa financiar a sua construção das infraestruturas, uma vez que todos os bens se destinam a integrar a concessão e passam a estar automaticamente sujeitos às cláusulas de intransmissibilidade e reversão dos ativos, não se consideram ativos controlados pela Empresa, pelo que não são reconhecidos como Ativos Fixos Tangíveis. Pela análise efetuada às condições de reequilíbrio económico-financeiro previstas no contrato de concessão, verificámos que certas condições de reequilíbrio estão diretamente associadas ao risco de procura e outras estão dependentes de decisões do Concedente ou de outras entidades associadas, e de flutuações de taxas de juro nos mercados financeiros. Desta análise concluímos que as condições de reequilíbrio funcionam como uma garantia a favor do Concedente, limitando a margem auferida pela Empresa e colocando um teto no retorno da concessão.

Por outro lado, não constitui um direito a receber do Concedente ou por conta deste, pelo que os valores investidos na concessão foram registados como um Ativo Intangível.

Tendo por base o disposto nas NCRF e supletivamente a IFRIC 12, as políticas contabilísticas adotadas pela Empresa foram as seguintes:

(a) Ativos Fixos Tangíveis

Os Ativos Fixos Tangíveis referem-se a bens utilizados na produção, na prestação de serviços ou no uso administrativo e são inicialmente valorizados ao custo de aquisição.

Subsequentemente, a Empresa decidiu manter o custo como critério de valorização.

Os Ativos Fixos Tangíveis são amortizados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade sempre que existe uma indicação de que o ativo pode estar em imparidade.

As amortizações são calculadas numa base duodecimal, a partir do momento em que os bens estão disponíveis para a utilização para a finalidade pretendida, utilizando o método da linha reta.



As taxas de amortização estão definidas tendo em vista amortizar totalmente os bens até fim da sua vida útil esperada e são as seguintes:

	2016	2015
Edifícios e Outras Construções	5% - 10%	5% - 10%
Equipamento Básico	12,50%	12,50%
Equipamento de Transporte	25%	25%
Equipamento Administrativo	10% - 33,33%	10% - 33,33%
Outros Ativos Fixos Tangíveis	12,50%	12,50%

Considera-se que o valor residual é nulo pelo que o valor depreciável sobre o qual incidem as amortizações é coincidente com o custo.

Os métodos de amortização, a vida útil estimada e o valor residual são revistos no final de cada ano e os efeitos das alterações são tratados como alterações de estimativas i.e., o efeito das alterações é tratado de forma prospetiva.

O gasto com amortizações é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica Gastos / Reversões de Depreciação e Amortização.

Os custos de desmantelamento e remoção de bens do ativo fixo tangível e os custos de restauração do local onde estes estão localizados, em cuja obrigação se incorre quando os bens são adquiridos ou como consequência de terem sido usados durante um determinado período para finalidades diferentes da produção de inventários, fazem parte do custo do ativo fixo tangível correspondente e são amortizados no período de vida útil dos bens a que respeitam.

Os custos de manutenção e reparação correntes são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem. Os custos com substituições e grandes reparações são capitalizados sempre que aumentem a vida útil do imobilizado a que respeitem e são amortizadas no período remanescente da vida útil desse imobilizado ou no seu próprio período de vida útil, se inferior.

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um ativo tangível (calculado como a diferença entre o valor de venda menos custos da venda e o valor contabilístico) é incluído no resultado do exercício no ano em que o ativo é desreconhecido.

Os Ativos Fixos Tangíveis em Curso dizem respeito a bens que ainda se encontram em fase de construção ou desenvolvimento e estão mensurados ao custo de aquisição sendo somente amortizados quando se encontram disponíveis para uso.

Imparidade

A Empresa avalia se existe qualquer indicação de que um ativo possa estar com imparidade no final do ano. Se existir qualquer indicação, é estimada a quantia recuperável do ativo (que é a mais alta entre o justo valor do ativo ou de uma unidade geradora de caixa menos os custos de vender e o seu valor de uso) e reconhecem nos resultados do exercício a imparidade sempre que a quantia recuperável for inferior ao valor contabilístico.

Ao avaliar se existe indicação de imparidade são tidas em conta as seguintes situações:

- Durante o período, o valor de mercado de um ativo diminuiu significativamente mais do que seria esperado como resultado da passagem do tempo ou do uso normal;
- Ocorreram, durante o período, ou irão ocorrer no futuro próximo, alterações significativas com um efeito adverso na entidade, relativas ao ambiente tecnológico, de mercado, económico ou legal em que a entidade opera ou no mercado ao qual o ativo está dedicado;
- As taxas de juro de mercado ou outras taxas de mercado de retorno de investimentos aumentaram durante o período, e esses aumentos provavelmente afetarão a taxa de desconto usada no cálculo do valor de uso de um ativo e diminuirão materialmente a quantia recuperável do ativo;
- A quantia escriturada dos ativos líquidos da entidade é superior à sua capitalização de mercado;
- Está disponível evidência de obsolescência ou dano físico de um ativo;
- Alterações significativas com um efeito adverso na entidade ocorreram durante o período, ou espera -se que ocorram num futuro próximo, até ao ponto em que, ou na forma em que, um ativo seja usado ou se espera que seja usado. Estas alterações incluem um ativo que se tornou ocioso, planos para descontinuar ou reestruturar a unidade operacional a que o ativo pertence, planos para alienar um ativo antes da data anteriormente esperada;
- Existe evidência nos relatórios internos que indica que o desempenho económico de um ativo é, ou será, pior do que o esperado.

Independentemente de haver indicações de estarem em imparidade, os bens que ainda não estão disponíveis para uso são testados anualmente.

As reversões de imparidade são reconhecidas em resultados e são efetuadas apenas até ao limite que resultaria se o bem nunca tivesse sido sujeito a imparidade.

(b) Ativos Intangíveis

Ativos Intangíveis adquiridos separadamente são mensurados, na data do reconhecimento inicial, ao custo. Os intangíveis gerados internamente, excluindo os custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração de resultados no ano em que o gasto é incorrido. Após o reconhecimento inicial os Ativos Intangíveis apresentam-se ao custo menos amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

As vidas úteis dos Ativos Intangíveis são avaliadas entre finitas ou indefinidas.

Os Ativos Intangíveis com vidas úteis indefinidas não são amortizados, mas são testados quanto à imparidade independentemente de haver ou não indicadores de que possam estar em imparidade.

Os Ativos Intangíveis com vidas úteis finitas são amortizados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade sempre que existe uma indicação de que o ativo pode estar em imparidade. A imparidade destes ativos é determinada tendo por base os critérios descritos na alínea a) Ativos Fixos Tangíveis.

As reversões de imparidade são reconhecidas em resultados e são efetuadas apenas até ao limite que resultaria se o bem nunca tivesse sido sujeito a imparidade.

Para um Ativo Intangível com uma vida útil finita, os métodos de amortização, a vida útil estimada e o valor residual são revistos no final de cada ano e os efeitos das alterações são tratados como alterações de estimativas i.e., o efeito das alterações é tratado de forma prospetiva.

As amortizações são calculadas numa base duodecimal utilizando o método da linha reta, exceto para os Direitos de Concessão em que o método utilizado é o método das Unidades de Produção (caudais de água). Considera-se que o valor residual é nulo pelo que o valor depreciável sobre o qual incidem as amortizações é coincidente com o custo.

As taxas de amortização estão definidas tendo em vista amortizar totalmente os bens até fim da sua vida útil esperada e são as seguintes:

	2016	2015
Propriedade Industrial	33,33%	33,33%
Direito de Concessão	3,92%	2,43%
Outros Ativos Intangíveis - Reversíveis	3,92%	2,43%

O gasto com amortizações de ativos intangíveis com vidas úteis finitas é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica Gastos/reversões de depreciação e amortização.

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um ativo intangível (calculado como a diferença entre o valor de venda menos custo da venda e o valor contabilístico) é incluído no resultado do exercício no ano em que o ativo é desreconhecido. Seguem-se algumas especificidades relativas a cada um dos tipos de Ativos Intangíveis:

(b.1) Propriedade Industrial

Nesta rubrica encontra-se refletida a aquisição de um software para a realização de desenho de plantas, relativamente ao qual existe o direito exclusivo de utilização.

A amortização é efetuada de acordo com o Decreto-Lei 25/2009.

(b.2) Direitos de Concessão relacionados com a atividade concessionada

Para os bens (que se materializarão em direitos de utilização de infraestruturas – IFRIC 12) com vidas úteis superiores ao período da concessão, as amortizações de investimentos iniciais ou os que venham a ser posteriormente aprovados ou impostos pelo Concedente e que materializem em expansão ou modernização das obrigações iniciais, deverão normalmente fazer-se pelo prazo da concessão. No entanto, os investimentos adicionais de expansão ou modernização, cuja vida útil se prolongue para além do prazo da concessão, e que apresentam valor residual darão lugar a uma indemnização equivalente ao valor ainda não amortizado à data do fim da concessão.

As amortizações são calculadas pelo método das Unidades de Produção, isto é, pela amortização dos investimentos contratuais, que constam do estudo de viabilidade económico e financeira utilizado, tendo como base os caudais de efluente faturados nesse exercício e os efluentes a faturar até ao final da concessão previstos no estudo de viabilidade.

(c) Ativos e Passivos por Impostos Diferidos e Imposto sobre o Rendimento do Período

(c.1) Ativos e Passivos por Impostos Diferidos

Os Ativos e Passivos por Impostos Diferidos resultam do apuramento de diferenças temporárias entre a base contabilística e a base fiscal dos ativos e passivos da Empresa.

Os Ativos por Impostos Diferidos refletem:

- As diferenças temporárias dedutíveis até ao ponto em que é provável a existência de lucros tributáveis futuros relativamente ao qual a diferença dedutível pode ser usada;
- Perdas fiscais não usadas e créditos fiscais não usados até ao ponto em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais possam ser usados.

Diferenças temporárias dedutíveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias que são dedutíveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do ativo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

Os Passivos por Impostos Diferidos refletem diferenças temporárias tributáveis.

As diferenças temporárias tributáveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias tributáveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do ativo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

A mensuração dos Ativos e Passivos por Impostos Diferidos:

- É efetuada de acordo com as taxas que se espera que sejam de aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas fiscais aprovadas à data de balanço e
- Reflete as consequências fiscais que se seguem da forma como a Empresa espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus ativos e passivos.

(c.2) Imposto sobre o Rendimento

O Imposto sobre o Rendimento do Período engloba os impostos correntes e diferidos do exercício.

O Imposto Corrente é determinado com base no resultado contabilístico ajustado de acordo com a legislação fiscal em vigor.

A Empresa é tributada em sede de Imposto sobre o Rendimento à taxa de 21%, acrescida da Derrama até à taxa máxima de 1,5% sobre o Lucro Tributável, de onde resulta uma taxa agregada máxima de 22,5%. Quando o lucro do exercício se situa entre 1,5 e 7,5 milhões de Euros é aplicada uma taxa de Derrama Estadual de 3%, passando esta a 5% quando aquele seja entre 7,5 e 35 milhões de Euros, acima deste valor a taxa é de 7% o que resulta numa taxa agregada máxima que poderá variar entre os 22,5% e os 29,5%.

Nos termos da legislação em vigor as declarações fiscais estão sujeitas a revisão por parte das autoridades fiscais durante um período de 4 anos, o qual pode ser prolongado em determinadas circunstâncias, nomeadamente quando existem prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações.

O Conselho de Administração, suportado nas posições dos seus consultores fiscais e tendo em conta as responsabilidades reconhecidas, entende que das eventuais revisões dessas declarações fiscais não resultarão correções materiais nas demonstrações financeiras.



(d) Inventários

A valorização dos inventários e os respetivos métodos de custeio são os seguintes:

	Valorização	Métodos de Custeio
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Custo de aquisição (*)	Custo médio

(*) - ou valor realizável líquido, dos dois o mais baixo

O custo dos inventários inclui:

- Custos de compra (preço de compra, direitos de importação, impostos não recuperáveis, custos de transporte, manuseamento e outros diretamente atribuíveis à compra, deduzidos de descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes);
- Custos de conversão (mão de obra e gastos gerais de produção);
- Outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e condições pretendidos;
- Variações de justo valor, no caso de os inventários terem associados a si instrumentos derivados de cobertura (§37 b) da NCRF 27).

Sempre que o valor realizável líquido é inferior ao custo de aquisição ou de produção, procede-se à redução de valor dos inventários, mediante o reconhecimento de uma perda por imparidade, a qual é revertida quando deixam de existir os motivos que a originaram.

Para este efeito, o valor realizável líquido é o preço de venda estimado no decurso ordinário da atividade empresarial menos os custos estimados de acabamento e os custos necessários para efetuar a venda. As estimativas tomam em consideração as variações relacionadas com acontecimentos ocorridos após o final do período na medida em que tais acontecimentos confirmem condições existentes no fim do período.

(e) Ativos Financeiros

Os Ativos Financeiros são reconhecidos quando a Empresa se constitui parte na respetiva relação contratual.

Os Ativos Financeiros são valorizados ao custo líquido de perdas por imparidade, quando aplicável.

No final do ano a Empresa avaliou a imparidade destes ativos. Sempre que existia uma evidência objetiva de imparidade, a Empresa reconheceu uma perda por imparidade na demonstração de resultados.

A evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos poderia estar em imparidade teve em conta dados observáveis que chamassem a atenção sobre os seguintes eventos de perda:

- Significativa dificuldade financeira do devedor;
- Quebra contratual, tal como não pagamento ou incumprimento no pagamento do juro ou amortização da dívida;
- A Empresa, por razões económicas ou legais relacionados com a dificuldade financeira do devedor, oferece ao devedor concessões que de outro modo não consideraria;
- Tornar -se provável que o devedor irá entrar em falência ou qualquer outra reorganização financeira;
- Informação observável indicando que existe uma diminuição na mensuração da estimativa dos fluxos de caixa futuros de um grupo de ativos financeiros desde o seu reconhecimento inicial.

Os ativos financeiros individualmente significativos foram avaliados individualmente para efeitos de imparidade. Os restantes foram avaliados com base em similares características de risco de crédito.

A imparidade apurada nos termos atrás referidos não difere daquela que é apurada com critérios e para efeitos fiscais.

Seguem-se algumas especificidades relativas a cada um dos tipos de Ativos Financeiros.

(e.1) Clientes

As contas a receber de Clientes são mensuradas, aquando do reconhecimento inicial, de acordo com os critérios de mensuração de Vendas e Prestações de Serviços descritos na alínea m) sendo subsequentemente mensuradas ao custo menos imparidade.

A imparidade é determinada com base nos critérios definidos na alínea e).

(e.2) Outros Créditos a Receber

Os outros créditos a receber incluem:

- Devedores por acréscimos de rendimentos;
- Outros devedores;
- Acionistas/Sócios.

e encontram-se valorizadas ao custo menos imparidade:

A imparidade, em ambos os casos é determinada com base nos critérios definidos na alínea e).

(e.3) Caixa e Bancos

Os montantes incluídos na rubrica de Caixa e Bancos correspondem aos valores de caixa e outros depósitos, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Estes saldos estão mensurados da seguinte forma:

- Caixa – ao custo;
- Depósitos sem maturidade definida - ao custo;
- Outros depósitos com maturidade definida – ao custo.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” compreende, além da Caixa e Bancos, também os descobertos bancários incluídos na rubrica de Financiamentos Obtidos do Balanço

(f) Estado e Outros Entes Públicos

Os saldos ativos e passivos desta rubrica são apurados com base na legislação em vigor.

No que respeita aos ativos não foi reconhecida qualquer imparidade por se considerar que tal não é aplicável dada a natureza específica do relacionamento.



(g) Diferimentos Ativos e Passivos

Esta rubrica reflete as transações e outros acontecimentos relativamente aos quais não é adequada a sua integral imputação aos resultados num único exercício.

(h) Rubricas dos Capitais Próprios

(h.1) Capital Subscrito

Em cumprimento do disposto no art.º 272 do Código das Sociedades Comerciais (CSC) o contrato de sociedade indica o prazo para realização do capital subscrito e não realizado à data da escritura.

(h.2) Outros instrumentos de capital próprio

Esta rubrica inclui prestações acessórias que foram efetuadas pelos acionistas, na sequência de deliberação em Assembleia Geral, e que ficaram sujeitas ao regime das prestações suplementares. De acordo com este regime, tais prestações não vencem juros (art.º 210 do CSC), não têm prazo de reembolso definido (art.º 211 do CSC) e só podem ser reembolsadas se após o seu reembolso o capital próprio não ficar inferior à soma do capital e da reserva legal (art.º 213 do CSC).

(h.3) Resultados Transitados

Esta rubrica inclui os resultados realizados disponíveis para distribuição aos acionistas. De acordo com o n.º 2 do art.º 32 do CSC, só estarão disponíveis para distribuição quando os elementos ou direitos que lhes deram origem forem alienados, exercidos, extintos ou liquidados.

(h.4) Ajustamentos em ativos financeiros

Esta rubrica inclui o montante relativo à valorização do Notional referente ao contrato de Cobertura de Taxa de Juro, celebrado com a Caixa BI.

(i) Provisões

Esta conta reflete as obrigações presentes (legais ou construtivas) da entidade provenientes de acontecimentos passados, cuja liquidação se espera que resulte num exfluxo de recursos da entidade que incorporem benefícios económicos e cuja tempestividade e quantia são incertas, mas cujo valor pode ser estimado com fiabilidade. As provisões são mensuradas pela melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço. Sempre que o efeito do valor temporal do dinheiro é material, a quantia de uma provisão é o valor presente dos dispêndios que se espera que sejam necessários para liquidar a obrigação usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos do passivo e que não reflete riscos relativamente aos quais as estimativas dos fluxos de caixa futuros tenham sido ajustadas.

Seguem-se algumas especificidades relativas a algumas Provisões:



(i.1) Provisões para investimentos de substituição

O valor de 251.908 euros constante nesta rubrica, registado ao custo amortizado, é referente à constituição da provisão de Investimento de Substituição, o qual será utilizado para reparar e manter em bom estado de funcionamento os equipamentos utilizados na rede de abastecimento.

(j) Outros Passivos Financeiros não incluídos nas alíneas anteriores

Os Passivos Financeiros são reconhecidos quando a Empresa se constitui parte na respetiva relação contratual.

(j.1) Financiamentos Obtidos

Os financiamentos estão valorizados ao custo. Os financiamentos para os quais existe cobertura de taxa de juro fixa incluem também as variações de justo valor (§37 b) da NCRF 27).

Nos financiamentos para os quais existe cobertura de risco de variabilidade de taxa de juro, o respetivo derivado é apresentado, ao custo amortizado, na rubrica de Outros Passivos Financeiros.

(j.2) Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são reconhecidas inicialmente pelo respetivo justo valor e, subsequentemente, são mensuradas ao custo.

(j.3) Outras Dívidas a Pagar

As outras dívidas a pagar incluem:

- Fornecedores de investimento;
- Credores por acréscimos de gastos;
- Acionistas/Sócios
- Outros credores;

Os empréstimos de acionistas encontram-se valorizados ao custo.

(j.4) Outros passivos financeiros

Esta rubrica inclui instrumentos financeiros derivados relativamente aos quais haja cobertura efetiva nos termos da NCRF 27 (com aplicação da IAS 39).

A Empresa celebrou um contrato de permuta de taxa de juro (interest rate swap), através do qual converteu a taxa de juro variável em taxa de juro fixa, com o objetivo de efetuar cobertura económica dos seus empréstimos. Os fluxos de juros resultantes dos swaps, a receber e a pagar, são reconhecidos de acordo com o princípio contabilístico dos acréscimos; os resultados financeiros registados correspondem ao diferencial entre (i) a taxa de juro fixa contratada e (ii) a taxa de juro variável, aplicado ao “notional amount”, segundo os contratos de swap.

(l) Efeito das alterações das taxas de câmbio

As transações em moeda estrangeira são convertidas para Euro às taxas nas datas das transações.

Os saldos que se mantenham em dívida no final do ano são convertidos à taxa de fecho e o diferencial é reconhecido em resultados.

(m) Vendas e Prestações de Serviço

As Vendas e as Prestações de Serviço são mensuradas pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber deduzido das quantias relativas a descontos comerciais e de quantidades concedidos.

Quando é concedido crédito isento de juros aos compradores ou estes aceitam livranças com taxa de juro inferior à do mercado como retribuição pela venda dos bens, ou, de qualquer outra forma o influxo de dinheiro ou equivalentes de dinheiro é diferido, a diferença entre o justo valor da retribuição e a quantia nominal da retribuição é reconhecida como rédito de juros, durante o período que medeia entre a data do reconhecimento do rédito e a data efetiva do recebimento.

Quando o preço da venda dos produtos inclui uma quantia identificável de serviços subsequentes, essa quantia é diferida e reconhecida como rédito durante o período em que o serviço é executado.

Embora o rédito somente seja reconhecido quando for provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a empresa, quando surja uma incerteza acerca da cobrabilidade de uma quantia já incluída no rédito, a quantia incobrável, ou a quantia com respeito à qual a recuperação tenha cessado de ser provável, é reconhecida como uma imparidade, e não como um ajustamento da quantia de rédito originalmente reconhecido.

Seguem-se algumas especificidades relativas ao reconhecimento das Vendas e Prestações de Serviços.

(m.1) Vendas

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando estão satisfeitas todas as condições seguintes:

- Tenham sido transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- Não se mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos bens vendidos;
- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a Empresa; e
- Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

(m.2) Prestações de Serviço

O rédito das Prestações de Serviços é reconhecido quando o desfecho da transação pode ser fiavelmente estimado o que ocorre quando todas as condições seguintes são satisfeitas:

- A quantia de rédito pode ser fiavelmente mensurada;
- É provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a Empresa;
- A fase de acabamento da transação à data do balanço pode ser fiavelmente mensurada; e
- Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação podem ser fiavelmente mensurados.

O rédito da atividade concessionada é reconhecido de acordo com o preconizado na NCRF 20 – Rédito.



(n) Gastos com o Pessoal

Os gastos com o pessoal são reconhecidos quando o serviço é prestado pelos empregados independentemente da data do seu pagamento.

Seguem-se algumas especificidades relativas a cada um dos tipos de Gastos com o Pessoal.

(n.1) Férias e Subsídio de Férias

De acordo com a legislação laboral em vigor os empregados têm direito a férias e a subsídio de férias no ano seguinte àquele em que o serviço é prestado. Assim, foi reconhecido nos resultados do exercício um acréscimo do montante a pagar no ano seguinte o qual se encontra refletido na rubrica “Outras Contas a Pagar”.

(n.2) Benefícios de Cessação de Emprego

A Empresa reconhece um passivo e um gasto por Benefício de Cessação de emprego quando já se comprometeu de forma demonstrável a:

- Cessar o emprego de um empregado ou grupo de empregados antes da data normal de reforma; ou
- Proporcionar benefícios de cessação como resultado de uma oferta feita a fim de encorajar a saída voluntária.

Considera-se que a Empresa já se comprometeu de forma demonstrável quando tem um plano formal pormenorizado para a cessação e não exista possibilidade realista de retirada e quando o plano incluía, como mínimo:

- A localização, a função, e o número aproximado de empregados cujos serviços estão para ser cessados;
- O benefício de cessação para cada classificação ou função de emprego; e
- Momento em que o plano será implementado.

Os Benefícios de Cessação de Emprego são reconhecidos como um gasto imediatamente e sempre que se vencem a mais de 12 meses após a data do balanço são mensurados pelo valor descontado.

No caso de ofertas feitas para encorajar a saída voluntária, a mensuração dos Benefícios de Cessação de Emprego é baseada no número de empregados que se espera que aceitem a oferta.

(o) Juros e gastos similares suportados

Os gastos com financiamento são reconhecidos na demonstração de resultados do período a que respeitam e incluem:

- Juros suportados com empréstimos mensurados ao custo;
- Juros de instrumentos financeiros de cobertura de risco de taxa de juro (SWAP).

(p) Ativos e Passivos Contingentes



Um Ativo Contingente é um possível ativo proveniente de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

Os Ativos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de rendimentos que podem nunca ser realizados. Contudo, são divulgados quando for provável a existência de um influxo futuro.

Um Passivo Contingente é:

- Uma obrigação possível que provém de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade,

ou

- Uma obrigação presente que decorra de acontecimentos passados, mas que não é reconhecida porque:
 - Não é provável que uma saída de recursos seja exigida para liquidar a obrigação, ou
 - A quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de gastos que podem nunca se tornar efetivos. Contudo, são divulgados sempre que existe uma probabilidade de exfluxos futuros que não seja remota.

(q) Eventos subsequentes

Os eventos subsequentes que proporcionem informação adicional sobre as condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas notas às demonstrações financeiras.

3.2 Juízos de valor

(a) Vidas úteis dos Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis

A vida útil de um ativo é o período durante o qual uma entidade espera que esse ativo esteja disponível para seu uso e deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico.

O método de amortização / depreciação a aplicar e as perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, é essencial para determinar a vida útil efetiva de um ativo.

Estes parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas dos setores em que a Empresa opera.

(b) Impostos Diferidos Ativos

São reconhecidos Impostos Diferidos Ativos para todos os prejuízos recuperáveis na medida em que seja provável que venha a existir lucro tributável contra o qual as perdas possam ser utilizadas.

Tendo em conta o contexto de crise e o impacto que pode ter nos resultados futuros, torna-se necessário julgamento por parte da Administração para determinar a quantia de impostos diferidos ativos que podem ser reconhecidos tendo em conta:

- A data e quantia prováveis de lucros futuros tributáveis, e
- As estratégias de planeamento fiscal futuro.

3.3 Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo permanentemente revistas com base na informação disponível.

Alterações nos factos e circunstâncias subsequentes podem conduzir à revisão das estimativas no futuro, pelo que os resultados reais poderão vir a diferir das estimativas presentes.

(a) Imparidade de Ativos Não Financeiros

A imparidade ocorre quando o valor contabilístico de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa excede a sua quantia recuperável a qual é a mais alta entre o justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso. O cálculo do justo valor menos os custos de vender é baseado na informação que existe de contratos já firmados em transações de ativos similares, com entidades nas quais não existe relacionamento entre elas, ou preços observáveis no mercado menos custos incrementais para vender o ativo.

O valor em uso é calculado com base num modelo de fluxos de caixa descontados que têm em conta um orçamento para os próximos cinco anos o qual não inclui atividades de reestruturação relativamente às quais ainda não haja qualquer compromisso nem investimentos futuros significativos destinados a melhorar os benefícios económicos futuros que advirão da unidade geradora de caixa que está a ser testada.

A quantia recuperável é sensível sobretudo:

- Quota de mercado durante o período orçamental
- Inflação no preço das matérias-primas
- Margem bruta
- Taxa de crescimento usada para extrapolar os fluxos de caixa para além de 5 anos
- Taxas de desconto usadas para fazer o desconto dos fluxos de caixa futuros.

(b) Imparidade das contas a receber

O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de relato, tendo em conta a informação histórica do devedor e o seu perfil de risco tal como referido no parágrafo 3.1.

As contas a receber são ajustadas pela avaliação efetuada dos riscos estimados de cobrança existentes à data do balanço, os quais poderão vir divergir do risco efetivo a incorrer no futuro.

(c) Provisões

O reconhecimento de Provisões tem inerente a determinação da probabilidade de saída de fluxos futuros e a sua mensuração com fiabilidade.

Estes fatores estão muitas vezes dependentes de acontecimentos futuros e nem sempre sob o controlo da Empresa pelo que poderão conduzir a ajustamentos significativos futuros, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

4. Fluxos de Caixa

As rubricas de Caixa e Bancos no Balanço decompõem-se da seguinte forma:

	2016	2015
Caixa	839	500
Depósitos à Ordem	1 254 790	611 501
Depósitos a Prazo	-	123 493
	1 255 629	735 494

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Durante o exercício corrente não houve qualquer alteração às NCRF em vigor, pelo que não foi adotada nenhuma nova norma contabilística. Por outro lado, a Empresa não procedeu voluntariamente a qualquer alteração de política contabilística durante o exercício corrente.

A nível de estimativas contabilísticas, não houve também qualquer alteração com efeitos nem no período corrente nem em futuros períodos.

Não foram igualmente detetados no exercício corrente quaisquer erros ou omissões de períodos anteriores.

6. Partes Relacionadas:

As entidades relacionadas da Empresa são as seguintes:

Nome	Atividade	Localização
<i>Aquapor Serviços</i>	Gestão de Participações	Lisboa
<i>Luságua Serviços Ambientais</i>	Tratamento de Águas Residuais	Prest. Serviços em vários locais do Continente
<i>Pragosa Ambiente</i>	Limpeza, recolha, transporte e valorização de resíduos	Batalha
<i>Construções Pragosa</i>	Obras de construção civil	Batalha
<i>Ecobrejo</i>	Gestão de resíduos e do ambiente	Batalha
<i>Luságua Lisboa</i>	Distribuição de Água	Lisboa
<i>Águas de Alenquer</i>	Distribuição de Água	Alenquer

A empresa-mãe é a Aquapor – Serviços S.A, com sede em Lisboa, que detém uma participação direta na Águas da Azambuja, S.A. correspondente a 74,98% do capital.



A natureza do relacionamento com as partes relacionadas é a seguinte:

Parte relacionada	Natureza do Relacionamento	
	Serviços que a Águas da Azambuja presta / Transações que faz	Serviços que a Águas da Azambuja recebe / Transações que recebe
Aquapor Serviços	-	Assistência técnica, aluguer de equipamento, rendas de viaturas e apoio comercial.
Luságua Serviços Ambientais	-	Análises de laboratório e trabalhos de manutenção.
Ecobrejo	-	Assistência técnica.
Construções Pragosa	-	Obras de Construção Civil.
Pragosa Ambiente	-	Recolha e transporte de resíduos.
Luságua Lisboa	Material Hidráulico	-
Águas de Alenquer	Material Hidráulico	-

A quantia das transações e os saldos pendentes de partes relacionadas são os indicados no quadro seguinte:

Empresa	Ano	Prestações Serviço	Compras de Serviços	Contas a Receber	Contas a pagar	Acionistas	
						Saldo devedor	Saldo credor
Aquapor Serviços	2016	-	108 600	-	95 682	851 250	(757 250)
	2015	-	119 018	5 751	223 387	688 375	(369 375)
Luságua Serviços Ambientais	2016	-	22 925	-	24 414	-	-
	2015	-	13 991	-	20 039	-	-
Ecobrejo	2016	-	37 133	-	26 662	283 750	(252 750)
	2015	-	31 445	-	81 104	229 125	(123 125)
Construções Pragosa	2016	-	10 267	-	-	-	-
	2015	-	16 438	-	16 821	-	-
Pragosa Ambiente	2016	-	64 488	-	160 419	-	-
	2015	-	46 201	-	95 931	-	-
Águas do Lena	2016	-	-	630	-	-	-
	2015	-	-	630	-	-	-

As remunerações do pessoal chave da gestão da Empresa encontram-se discriminadas no quadro seguinte:

	2016	2015
Total de benefícios de curto prazo dos empregados	44 633	44 957
Total de remunerações	44 633	44 957



7. Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta e depreciação acumulada e perdas por imparidade no início e no fim do período é a seguinte:

	Direitos de Concessão	Propriedade Industrial	Investimento de substituição	Outros	Intangíveis em curso	Total Ativos Intangíveis
Custo:						
1 de Janeiro de 2015	4 399 073	1 164	-	888 156	182 356	5 470 749
Aquisições	-	-	-	-	37 508	37 508
Transferências	54 610	-	-	-	(54 610)	-
Alienações	-	-	-	-	(10 480)	(10 480)
31 de Dezembro de 2015	4 453 683	1 164	-	888 156	154 774	5 497 778
Aumentos	-	-	-	-	91 102	91 102
Transferências	50 482	-	-	-	(50 482)	-
31 de Dezembro de 2016	4 504 165	1 164	-	888 156	195 394	5 588 880
Amortizações e Imparidade:						
1 de Janeiro de 2015	292 990	1 164	-	96 699	-	390 853
Amortizações	116 106	-	-	2 814	-	118 920
31 de Dezembro de 2015	409 096	1 164	-	99 513	-	509 772
Amortizações	161 715	-	-	30 263	-	191 978
31 de Dezembro de 2016	570 810	1 164	-	129 775	-	701 750
Valor líquido contabilístico:						
A 31 de Dezembro de 2016	3 933 355	-	-	758 381	195 394	4 887 131
A 31 de Dezembro de 2015	4 044 588	-	-	788 644	154 774	4 988 006
A 1 de Janeiro de 2015	4 106 083	-	-	791 457	182 356	5 079 897

Parte do saldo da rubrica 'Ativo Intangível – Direito de Concessão' é referente ao Direito de Concessão detido pela empresa e tem como contrapartida a rubrica 'Outros Credores – Município de Azambuja'.

8. Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta e depreciação acumulada e perdas por imparidade no início e no fim do período é a seguinte:

	Edifícios e outras construções	Equipamento Administrativo	Outros Ativos Fixos	Total Ativos Tangíveis
Custo:				
1 de Janeiro de 2015	57 259	59 719	7 471	124 449
Aumentos	-	-	390	390
31 de Dezembro de 2015	57 259	59 719	7 861	124 839
Aumentos	-	5 281	-	5 281
Abates	-	(1 133)	-	(1 133)
31 de Dezembro de 2016	57 259	63 867	7 861	128 987



	Edifícios e outras construções	Equipamento Administrativo	Outros Ativos Fixos	Total Ativos Tangíveis
Amortizações e Imparidade:				
1 de Janeiro de 2015	31 327	44 223	5 416	80 966
Amortizações	5 726	5 138	831	11 694
31 de Dezembro de 2015	37 053	49 361	6 247	92 660
Amortizações	5 726	5 867	693	12 285
Abates	-	(1 133)	-	(1 133)
31 de Dezembro de 2016	42 779	54 095	6 940	103 813
Valor líquido contabilístico:				
A 31 de Dezembro de 2016	14 480	9 772	921	25 173
A 31 de Dezembro de 2015	20 206	10 358	1 614	32 178
A 1 de Janeiro de 2015	25 932	15 496	2 055	43 483

Os compromissos à data do balanço que a Empresa apresenta com contratos de aluguer operacional, para cada categoria de ativo, é a constante do quadro seguinte:

	2016	2015
6 Contratos de aluguer de viaturas	34.860	40.980
	34.860	40.980

O total dos futuros pagamentos da locação à data do balanço, repartidos por períodos de vencimento encontra-se detalhado no quadro seguinte:

	2016	2015
	Valor Presente	Valor Presente
Não mais de um ano	21.700	18.045
Mais de um ano e não mais de cinco anos	13.160	22.395
Total dos Pagamentos	34.860	40.980

9. Inventários

A quantia total escriturada de inventários e a quantia escriturada em classificações apropriadas encontram-se no quadro seguinte:

	2016	2015
Mercadorias	-	-
Matérias primas, Subs. e de Consumo	43 732	44 032
	43 732	44 032

As quantias de inventários reconhecidas como gasto durante o período encontram-se nos quadros seguintes:

Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas:

	Matérias Primas, Subsidiárias e de Consumo	Total
Existências em 1 de janeiro de 2015	46 167	46 167
Compras	1 002 995	1 002 995
Regularização de inventários	(61)	(61)
Existências em 31 de dezembro de 2015	(44 032)	(44 032)
CMVMC	1 005 069	1 005 069
Existências em 1 de janeiro de 2016	44 032	44 032
Compras	860 819	860 819
Regularização de inventários	(108)	(108)
Existências em 31 de dezembro de 2016	(43 732)	(43 732)
CMVMC	860 781	860 781

10. Rédito

O rédito discrimina-se da seguinte forma:

	2016	2015
Vendas		
Mercadorias	1 050	643
Produtos Acabados e Intermédios		
Água	1 535 862	1 528 215
Quota Serviço Água	679 246	706 935
	2 216 158	2 235 793
Prestações de Serviços		
Diversos	155 865	139 871
Venda de Saneamento	688 260	444 299
	844 126	584 171
	3 060 284	2 819 963

A rubrica 'Diversos' de Prestações de Serviços engloba Abertura de Água, Ramais Água e Ramais Saneamento, Instalação, Reparação e Conservação de Contadores/Ramais, Deslocações e Outros Serviços.

O valor das vendas e prestações de serviços é referente ao mercado interno.

11. Provisões

O movimento ocorrido nas provisões, por cada provisão, encontra-se refletido no quadro seguinte:

	Provisões para Investimento de Substituição	TOTAL
A 1 de Janeiro de 2015	268 434	268 434
Reversões do ano	(21 407)	(21 407)
Ajustamento temporal	13 118	13 118
A 31 de Dezembro de 2015	260 145	260 145
A 1 de Janeiro de 2016	260 145	260 145
Reversões do ano	(33 221)	(33 221)
Ajustamento temporal	24 984	24 984
A 31 de Dezembro de 2016	251 908	251 908

Nas contas da Empresa a 31 de dezembro de 2016 continuam por registar faturas no montante de 1.330.612 Euros relativo a dívida à entidade Águas de Lisboa e Vale do Tejo (sucessora da Sociedade extinta Águas do Oeste nos termos do D.L. 94/2015 de 29 de maio) pelo motivo de se ter efetuado contestação ao valor debitado por aquela entidade. Este valor decorre do não pagamento do diferencial entre os caudais mínimos garantidos no serviço de abastecimento de água e os caudais reais efetivamente consumidos nos anos de 2010 e 2011.

Sobre este assunto, decorre uma Ação Administrativa Comum no Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, proposta pela Águas do Oeste contra a Águas da Azambuja no valor de 601.538 Euros motivada pelo não pagamento do diferencial entre os caudais mínimos garantidos no serviço de abastecimento de água e os caudais reais efetivamente consumidos no ano de 2011 e um processo de injunção também requerida pela Águas do Oeste contra a Águas da Azambuja no valor de 730.148 Euros motivada pelo não pagamento do diferencial entre os caudais mínimos garantidos no serviço de abastecimento de água e os caudais reais efetivamente consumidos no ano de 2010.

Em ambos os processos a Águas da Azambuja apresentou oposição fundamentada nomeadamente no facto de a Águas do Oeste não ter concluído nessa data a sua infraestrutura de abastecimento de água no Município de Azambuja, o que impede nos termos do contrato e da legislação em vigor a aplicação dos caudais mínimos garantidos. No âmbito destes processos, a Águas da Azambuja apresentou ainda um pedido de reconvenção no valor de 904.431 Euros por perda de faturação motivada por atraso na conclusão das obras do Plano de Investimentos da Águas do Oeste no Município de Azambuja.

Ambos os processos continuam a correr os seus termos nos respetivos tribunais.

12. Imposto sobre o Rendimento

O Rendimento por impostos correntes é o indicado no quadro seguinte:

	2016	2015
Imposto Corrente		
IRC do ano	31 563	8 586
	31 563	8 586

Não houve lançamento de novos impostos, sendo que a taxa de IRC manteve a 21%.



A reconciliação numérica entre a taxa média efetiva de imposto e a taxa de imposto aplicável é a indicada no quadro seguinte:

	Base de imposto		Taxa de imposto	
	2016	2015	2016	2015
Resultado antes de impostos	385 981	139 603		
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal	22,5%	22,5%		
Imposto sobre o lucro à taxa nominal	86 846	31 411	22,50%	22,50%
Proveitos não tributáveis				
Reversão de provisões tributadas em anos anteriores	33 221	21 407		
Outros	81			
	33 302	21 407	(5,94%)	(7,45%)
Custos não dedutíveis para efeitos fiscais				
Multas, coimas e juros compensatórios		6		
Provisões para além limites legais	32 447	7 376		
	32 447	7 382	(5,89%)	(5,19%)
Lucro tributável	385 126	125 578		
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal	21,00%	21,00%		
Imposto calculado	80 876	26 371	20,95%	18,89%
Tributação autónoma	1 523	1 416	0,39%	1,01%
Derrama	5 777	1 884	1,50%	1,35%
Utilização de perdas fiscais	(56 613)	(21 085)	(14,67%)	(15,10%)
	(49 314)	(17 785)	(12,78%)	(12,74%)
Imposto sobre o rendimento	31 563	8 586	8,18%	6,15%

13. Instrumentos Financeiros

As divulgações desta nota abrangem as seguintes rubricas do Balanço:

Instrumentos Financeiros Ativos		2016	2015
Corrente			
Clientes			
Valor Bruto		582 883	669 491
Imparidade		(65 441)	(111 441)
		517 442	558 050
Outros créditos a receber		763 729	1 059 730
		1 281 171	1 617 780
Instrumentos Financeiros Passivos			
Não corrente			
Financiamentos obtidos		4 523 781	4 416 213
Outras dividas a pagar		488 149	509 033
		5 011 930	4 915 246
Corrente			
Fornecedores		1 184 462	1 527 416
Financiamentos obtidos		47 666	142 999
Outras dividas a pagar		395 534	373 955
		1 627 662	2 044 369
		6 639 592	6 959 615

Instrumentos Financeiros de Capital	2016	2015
Capital	50 000	50 000
Outros instrumentos de capital		
Prestações suplementares	1 895 000	1 895 000
	1 945 000	1 945 000

13.1 Clientes

O saldo de clientes c/c decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	Total	Dívida não vencida	Dívida vencida				
			< 60 Dias	61-90 Dias	91-120 Dias	121-180 Dias	> 180 Dias
Ano 2016	582 883	410 474	98 025	4 847	2 079	-	67 458
Ano 2015	669 491	375 265	149 634	11 576	2 896	3 291	126 829

O movimento ocorrido na imparidade do exercício relativamente a clientes foi o seguinte:

	Saldo Inicial	Reforço do Ano	Utilizações	Reversões	Saldo Final
Exercício de 2016					
Clientes	111 441	-	-	(45 999)	65 441
	111 441	-	-	(45 999)	65 441
Exercício de 2015					
Clientes	91 844	19 597	-	-	111 441
	91 844	19 597	-	-	111 441

13.2 Outros Créditos a Receber

O saldo de Outros Créditos a Receber decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2016	2015
Outros créditos a receber		
Devedores por acréscimos de rendimentos		
Venda de Água	108 282	116 556
Saneamento	35 712	22 237
Juros	54	50
Pessoal	-	1 387
Devedores diversos	181	-
Cauções de Fornecedores	2 000	2 000
Acionistas/Sócios	617 500	917 500
	763 729	1 059 730

13.3 Fornecedores

O saldo de Fornecedores decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2016	2015
Fornecedores		
Nacionais	843 553	1 137 988
Entidades relacionadas	340 909	389 428
	1 184 462	1 527 416

13.4 Outras Dívidas a Pagar

O saldo de Outras Dívidas a Pagar decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

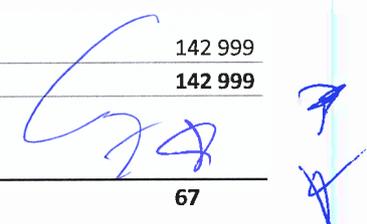
	2016	2015
Outros dívidas a pagar - não corrente		
Outros credores		
Renda de concessão	488 149	509 033
	488 149	509 033
Outras dívidas a pagar - corrente		
Fornecedores de investimento	47 836	24 735
Credores por acréscimos de gastos		
Remunerações a liquidar	28 258	24 869
Juros	117 614	107 354
Fornecimentos e serviços por facturar	1 800	2 739
Diversos	24 122	22 528
Outros credores		
Taxa Municipal RSU	152 591	168 591
Renda de concessão	23 277	23 138
Diversos	37	-
	395 534	373 955
	883 683	882 988

O saldo da rubrica 'Outros Credores – Renda de Concessão' é referente ao Direito de Concessão adquirido pela empresa, conforme respetivo Contrato de Concessão e tem como contrapartida a rubrica de Ativos Intangíveis – Direitos de Concessão.

13.5 Financiamentos Obtidos

A empresa tem em carteira os seguintes financiamentos obtidos:

	2016	2015
Não correntes		
Empréstimos bancários		
CGDI	4 523 781	4 406 213
	4 523 781	4 406 213
Correntes		
Empréstimos bancários		
CGDI	47 666	142 999
	47 666	142 999



13.6 Capital Subscrito

As quantias do capital social nominal e do capital social por realizar são as indicadas no quadro seguinte:

	2016	2015
Capital social nominal emitido	50 000	50 000
Capital social nominal emitido e realizado		
Aquapor - Serviços, S.A.	37 490	37 490
Ecobrejo - Gestão de Águas, Resíduos e Ambiente, S.A.	12 495	12 495
Luságua - Serviços Ambientais, S.A.	5	5
Luságua Alcanena - Gestão de Águas, S.A.	5	5
Pragosa Ambiente, S.A.	5	5
	50 000	50 000
Capital por realizar	-	-

O capital social emitido é composto por 10.000 ações com um valor nominal de 5 Euros cada.

13.7 Compromissos Financeiros não incluídos no Balanço

No quadro seguinte apresentam-se as garantias bancárias devidas pela empresa a 31 de dezembro de 2016:

Garantia	Banco	Valor	Referência	Entidade	Motivo
2 501 002 237 093	CGD	3 500	Galp Frota	Petrogal, S.A.	Consumo Combustíveis
2 501 002 609 093	CGD	5 000	Obras Via Pública	EP - Estradas de Portugal	Obra EN3 do Km 4+500 ao Km 4+630D
508 660	Caixa BI	1 000 000	Concessão	Município da Azambuja	Contrato de Concessão

A empresa tem ainda subjacente ao seu Contrato de Financiamento em Projet, celebrado com o Banco Caixa BI, uma garantia bancária no montante de 6.500.000 Euros.

Decorrente do contrato de concessão, existem compromissos financeiros assumidos e não incluídos no Balanço, relativos a Investimentos Futuros e previstos no Contrato de Concessão, que se mantiveram inalterados no corrente exercício ascendendo a cerca de 2.278.814 Euros.

13.10 Riscos relativos a instrumentos financeiros

O risco financeiro é o risco de o justo valor ou os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro virem a variar e de se virem a obter resultados diferentes do esperado, sejam estes positivos ou negativos, alterando o valor patrimonial da Empresa.

No desenvolvimento das suas atividades correntes, a Empresa está exposta a uma variedade de riscos financeiros suscetíveis de alterarem o seu valor patrimonial, os quais, de acordo com a sua natureza, se podem agrupar nas seguintes categorias:

- Risco de mercado
 - Risco de taxa de juro
 - Risco de taxa de câmbio
 - Outros riscos de preço
- Risco de crédito
- Risco de liquidez

A gestão dos riscos acima referidos - riscos que decorrem, em grande medida, da imprevisibilidade dos mercados financeiros – exige a aplicação criteriosa de um conjunto de regras e metodologias aprovadas pela Administração, cujo objetivo último é a minimização do seu potencial impacto negativo no valor patrimonial e no desempenho da Empresa.

Com este objetivo, toda a gestão é orientada em função de duas preocupações essenciais:

- Reduzir, sempre que possível, flutuações nos resultados e cash-flows sujeitos a situações de risco;
- Limitar os desvios face aos resultados previsionais, através de um planeamento financeiro rigoroso, assente em orçamentos plurianuais.

Por regra, a Empresa não assume posições especulativas, pelo que geralmente as operações efetuadas no âmbito da gestão dos riscos financeiros têm por finalidade o controlo de riscos já existentes e aos quais a Empresa se encontra exposta.

A Administração define princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, o risco de liquidez, o risco de crédito e o uso de instrumentos financeiros derivados ou não derivados e o investimento do excesso de liquidez.

A gestão dos riscos financeiros - incluindo a sua identificação e avaliação - é conduzida pela Direção Financeira de acordo com políticas aprovadas pela Administração.

Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro é o risco de o justo valor ou os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro vir a variar, devido a alterações nas taxas de juro de mercado, alterando o valor patrimonial da Empresa.

A exposição da Empresa ao risco de taxa de juro advém da existência, no seu balanço, de passivos financeiros contratados a taxa variável.

A Empresa enfrenta um risco de variação do “justo valor” desses passivos, na medida em que qualquer alteração das taxas de mercado envolve um custo de oportunidade (positivo ou negativo). Tal alteração tem um impacto direto no valor dos juros pagos, provocando consequentemente variações de caixa.

Risco de taxa de câmbio

O risco de taxa de câmbio é o risco de o justo valor ou os fluxos de caixa de um instrumento financeiro virem a variar em resultados de alterações nas taxas de câmbio.

A Empresa não se encontra exposta ao risco de taxa de câmbio.

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de uma contraparte não cumprir as suas obrigações ao abrigo de um instrumento financeiro originando uma perda.



A Empresa encontra-se sujeita a risco no crédito que concerne à atividade operacional – clientes, fornecedores e outras contas a receber e a pagar.

Devido ao facto de os clientes da Águas da Azambuja serem consumidores finais de água potável, as suas dívidas e subsequente crédito estão seguros pela questão dos cortes de fornecimento. Os montantes individuais são reduzidos.

14. Gastos com Pessoal

O detalhe dos Gastos com o Pessoal é o indicado no quadro seguinte:

	2016	2015
Remunerações do Pessoal	169 763	160 909
Encargos sobre Remunerações	36 894	34 343
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	1 978	1 481
Gastos de ação social	5 402	5 920
Outros gastos com o Pessoal	1 930	1 610
	215 967	204 264

O número médio de pessoal ao serviço da empresa em 2016 foi de 10 (2015: 10 pessoas).

15. Outras Informações

15.1 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de Estado e Outros Entes Públicos decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2016	2015
Saldo a Receber		
Pagamento Especial por Conta	-	18 872
IVA	-	4 536
Imposto do Exercício	-	(8 586)
	-	14 822
Saldo a Pagar		
Imposto sobre o rendimento	-	1 897
Retenções Imposto sobre Rendimento	3 123	-
IVA	7 767	3 285
Imposto do Exercício	31 563	-
Contribuição para a Segurança Social	5 026	3 700
Outras Tributações	11	-
	47 489	8 882

15.2 Diferimentos

Os gastos a reconhecer discriminam-se como segue:

	2016	2015
Gastos a reconhecer		
Rendas	1 941	1 931
Encargos Bancários	46 415	42 371
Outros	6 344	6 318
	54 701	50 620

15.3 Reservas e Resultados

A Rubrica de Reservas e Resultados decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	Resultados Transitados	Resultado Líquido do Período	TOTAL
Saldo em 1 de Janeiro de 2015	(1 564 361)	(257 366)	(1 821 727)
Remanescente da aplicação de Resultados	(257 366)	257 366	0
Resultado do ano	-	131 017	131 017
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	(1 821 727)	131 017	(1 690 710)
Saldo em 1 de Janeiro de 2016	(1 821 727)	131 017	(1 690 710)
Resultado do ano	-	354 418	354 418
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	(1 697 260)	354 418	(1 336 291)

15.4 Fornecimentos e Serviços Externos

A rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2016	2015
Subcontratos	232 225	190 219
Serviços Especializados		
Trabalhos especializados	693 609	664 146
Publicidade e propaganda	30	2 671
Vigilância e segurança	1 216	1 329
Honorários	4 560	2 990
Comissões	1 121	1 092
Conservação e reparação	45 347	36 355
Ouros Serviços Especializados	10 213	750
Materiais		
Ferramentas e utensílios	604	1 508
Livros e documentação técnica	20	-
Material de escritório	1 894	2 497
Energia e Flúidos		
Electricidade	26 608	25 341
Combustíveis	12 489	12 309
AGUA	-	-
Outros Fluidos	692	338
Deslocações, estadas e transportes		
Deslocações e estadas	1 715	1 488
Transportes de Mercadorias	-	20
Serviços Diversos		
Rendas e alugueres	46 201	42 527
Comunicação	58 888	66 028
Seguros	9 681	9 832
Contencioso e notariado	2 860	1 952
Despesas de representação	246	39
Limpeza, higiene e conforto	4 430	4 378
Outros	27 281	25 485
	1 181 932	1 093 295



15.5 Outros Rendimentos

A rubrica Outros Rendimentos decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2016	2015
Rendimentos Suplementares		
TRH	26 246	23 351
Outros	465	577
Ganhos em Inventários	2 424	4 822
Outros		
Ganhos em Outros Instrumentos financeiros (Nota 28)	-	5
Outros não especificados	17 956	7 151
	47 091	35 905

15.6 Outros Gastos

A rubrica Outros Gastos decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2016	2015
Impostos	51 696	46 928
Perdas em Inventários	2 532	4 883
Outros Não Especificados	449	128
	131 908	51 939

15.7 Gastos / Reversões de Depreciações e Amortização

A rubrica Gastos / Reversões de Depreciações e Amortização decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2016	2015
Gastos de depreciação e de amortização		
Ativos Fixos Tangíveis	12 285	11 694
Ativos Intangíveis	191 977	118 919
	204 263	130 614

15.8 Juros e Rendimentos Similares Obtidos

A rubrica Juros e Rendimentos Similares Obtidos decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2016	2015
Juros Obtidos		
De Depósitos Bancários	184	395
Atraso de pagamento de clientes	4 552	4 222
	4 735	4 617

15.9 Juros e Gastos Similares Suportados

A rubrica Juros e Gastos Similares Suportados decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2016	2015
Juros Suportados		
Empréstimos Bancários	71 760	98 783
Empresas de grupo	11 763	12 981
Mora e Compensatórios	13 978	27 081
Outros Gastos e Perdas de Financiamento		
Comissões bancárias sobre empréstimos / financiamento	67 002	81 065
Serviços Bancários	1 454	389
Comissões Garantias	10 534	9 364
IPC Renda Concedente	2 531	-
Outros	32 971	32 397
	211 992	262 061

15.10 Trabalhos para a Própria Empresa

A rubrica Trabalhos para a Própria Empresa decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2016	2015
Trabalhos para a Própria Empresa		
Ativos Intangíveis	1 493	24 547
	1 493	24 547

16. Aspetos Ambientais

Em 2016 a sociedade não incorreu em encargos significativos de carácter ambiental, excetuando aqueles que se relacionam diretamente com o objeto da sua atividade.

Em 2016 não se encontra registado nas Demonstrações Financeiras qualquer passivo de carácter ambiental nem é divulgada qualquer contingência ambiental, por ser convicção da Administração que não existem a essa data obrigações ou contingências provenientes de acontecimentos passados de que resultem encargos materialmente relevantes para a sociedade.

17. Acontecimentos após a data do Balanço

A data em que as demonstrações financeiras estão autorizadas para emissão é 16 de março de 2017. Estas Demonstrações Financeiras foram autorizadas para emissão pelo conselho de Administração. Desde 31 de dezembro de 2016 e até essa data não ocorreram quaisquer factos que não estejam já ajustados e/ou divulgados nas demonstrações financeiras.

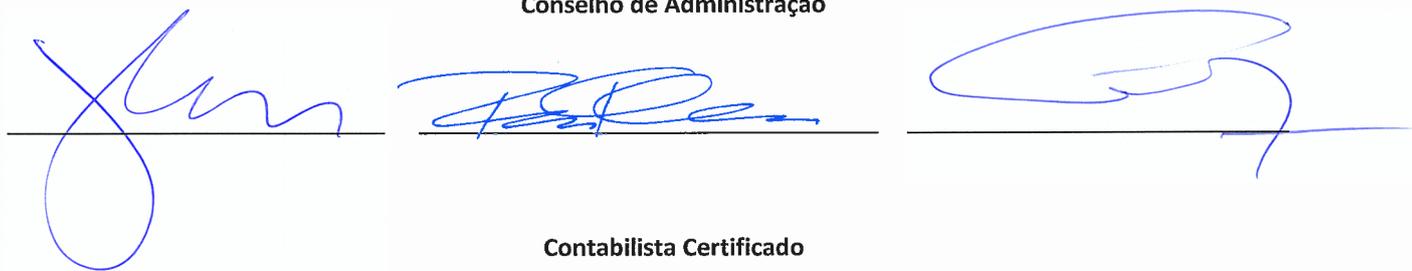


18. Divulgações exigidas por Diplomas Legais

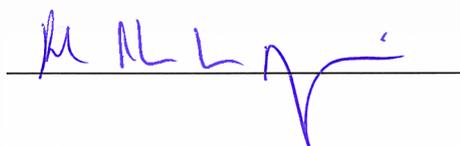
Das informações legalmente exigidas noutros diplomas, designadamente nos artigos 66.º, 324.º, 397.º, 447.º e 448.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC), das disposições legais decorrentes do Decreto-Lei n.º 328/95, de 9 de dezembro e das disposições referidas no Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de outubro, importa referir que:

- a) Em obediência ao disposto no n.º2 do artigo 324.º do CSC informa-se que a empresa não possui quaisquer ações próprias e nem efetuou até ao momento qualquer negócio que envolvesse títulos desta natureza;
- b) Em obediência ao disposto no n.º4 do artigo 397.º do CSC informa-se que, no decorrer de 2016, não foram efetuados quaisquer negócios entre a Empresa e membros dos seus órgãos sociais;
- c) Na Nota 1 deste relatório, é apresentada a estrutura acionista completa da Empresa. Desta forma obedece-se ao disposto nos artigos 447º e 448º do CSC;
- d) Em obediência ao disposto no artigo 21.º do Decreto-Lei nº 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a empresa não é devedora em mora a qualquer caixa de previdência, resultando os saldos contabilizados em 31 de dezembro de 2016, da retenção na fonte dos descontos e contribuições referentes ao mês de dezembro, cujo pagamento se efetuou em janeiro de 2017, nos prazos legais.

Conselho de Administração



Contabilista Certificado



Certificação Legal das Contas

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de Águas da Azambuja, S.A., (a Entidade), que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 7.547.698 euros e um total de capital próprio de 608.709 euros, incluindo um resultado líquido de 354.418 euros), a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de Águas da Azambuja, S.A., em 31 de dezembro de 2016, o seu desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas de Contabilidade e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do Relatório de Gestão nos termos legais e regulamentares;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.

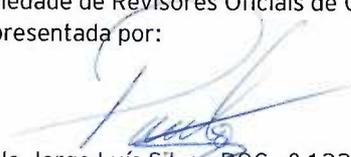
RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 30 de março de 2017

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:



Paulo Jorge Luís Silva - ROC nº 1334
Registado na CMVM com o nº 20160944

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Acionistas,

Em cumprimento do disposto na alínea g) do artº. 420 do Código das Sociedades Comerciais, compete-nos emitir o relatório anual sobre a nossa ação fiscalizadora e dar parecer sobre o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras e a proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração de Águas da Azambuja, S.A., referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

No decurso do exercício, acompanhámos a atividade da Empresa tendo efetuado os seguintes procedimentos:

- ▶ Verificámos, com a extensão considerada necessária, os registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;
- ▶ Verificámos, quando julgámos conveniente, da forma que julgámos adequada e na extensão considerada apropriada, a existência de bens ou valores pertencentes à sociedade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- ▶ Verificámos a adequacidade dos documentos de prestação de contas;
- ▶ Verificámos que as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados conduzem a uma adequada apresentação do património e dos resultados da Empresa;
- ▶ Estivemos disponíveis para receber as comunicações de irregularidades provenientes dos acionistas e dos colaboradores da Empresa;
- ▶ Confirmámos que o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo, satisfazem os requisitos legais e refletem a posição dos registos contabilísticos no final do exercício;
- ▶ Averiguámos da observância pelo cumprimento da lei e do contrato de sociedade;
- ▶ Cumprimos as demais atribuições constantes da lei e do contrato de sociedade.

No decurso dos nossos atos de verificação e validação que efetuámos com vista ao cumprimento das nossas obrigações de fiscalização, obtivemos do Conselho de Administração e dos Serviços as provas e os esclarecimentos que consideramos necessários.

No âmbito do trabalho de revisão legal das contas que efetuámos, foi emitida, nesta data, a correspondente Certificação Legal das Contas, sem reservas e sem ênfases.

Face ao exposto decidimos emitir o seguinte parecer:

Parecer do Fiscal Único

Senhores Acionistas,

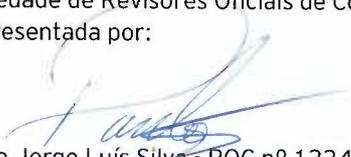
Procedemos à ação de fiscalização de Águas da Azambuja, S.A., nos termos do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, em resultado da qual somos de parecer que:

- (a) A proposta de aplicação de resultados constante do Relatório de Gestão do exercício de 31 de dezembro de 2016 cumpre com os requisitos relativos à constituição da reserva legal e com os limites de distribuição de lucros aos acionistas previstos no Código das Sociedades Comerciais;
- (b) O Relatório de Gestão do exercício de 31 de dezembro de 2016 satisfaz os requisitos previstos no Código nas Sociedades Comerciais;
- (c) O Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo do exercício de 31 de dezembro de 2016, satisfazem os requisitos legais e contabilísticos aplicáveis.

Lisboa, 30 de março de 2017

O Fiscal Único

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:



Paulo Jorge Luís Silva - ROC nº 1334
Registado na CMVM com o nº 20160944